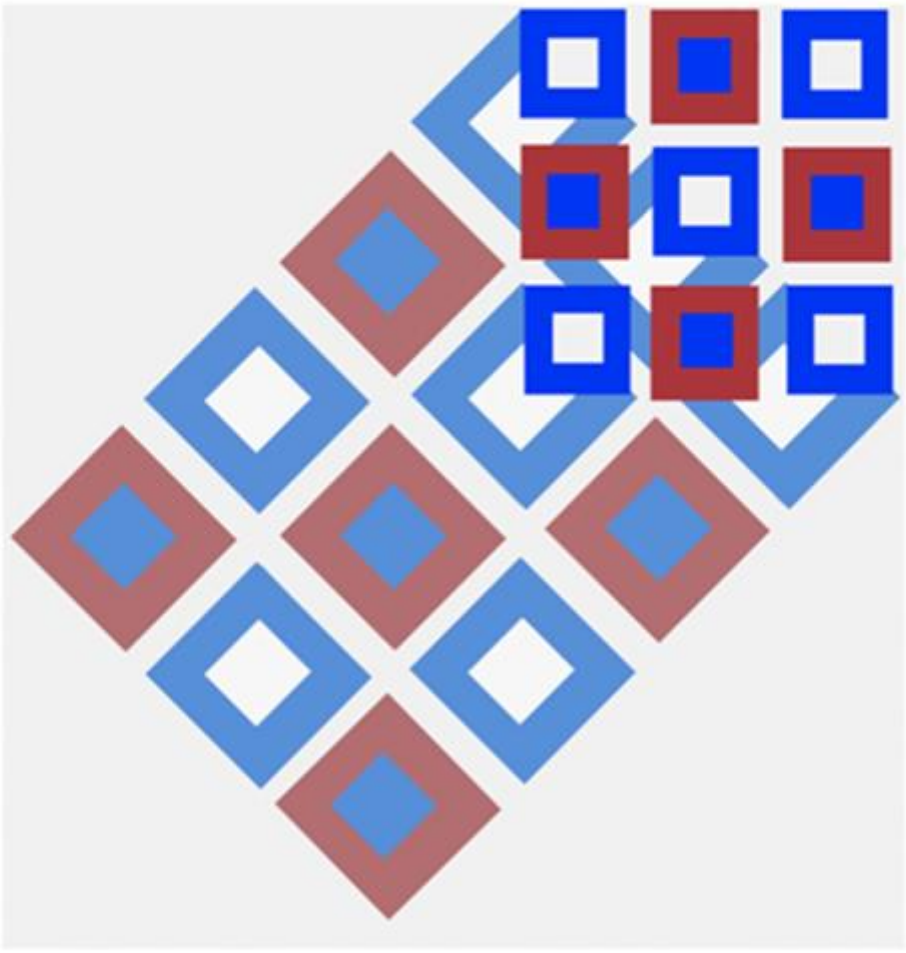
GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

# CARTA SOCIAL

## *REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS*

## RELATÓRIO 2013



S. R.

Gabinete de Estratégia e Planeamento

**© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP),**
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

## *CARTA SOCIAL* – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2013

**Coordenação do GEP / MSESS**

**E-mail: cartasocial@gep.msess.pt**

**Página: www.cartasocial.pt; www.gep.msess.pt**

ISBN: 978-972-704-382-8

**Coordenação Editorial:**
Centro de Informação e Documentação GEP – CID
Praça de Londres, 2, 4.º
1049-056 Lisboa
Tel.: (+351) 211 155 242
Fax: (+351) 211 155 258
E-mail: **gep.cid@gep.msess.pt**

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP / MSESS
Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar
1049-056 Lisboa
Tel.: (+351) 211 155 000
Fax: (+351) 211 155 150

**Equipa de Estudos e Políticas (EEP)**

**Coordenador do Trabalho:** João Gonçalves

**Equipa Técnica:** Carina Metelo

**Apoio Informático:** Ana Gil

**Colaboração:** ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MSESS)
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MSESS)
CPL – Casa Pia de Lisboa (MSESS)

# Índice

1. Nota introdutória ..... 4
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos ..... 5
2.1 - Entidades Proprietárias ..... 5
2.2 - Equipamentos Sociais ..... 6
2.3 - Respostas Sociais ..... 10
3. Respostas sociais por população-alvo ..... 14
3.1 - Crianças e Jovens ..... 14
3.2 - Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ..... 25
3.3 - Pessoas Idosas ..... 30
3.4 - Pessoas em Situação de Dependência ..... 39
3.5 - Família e Comunidade ..... 42
3.6 - Pessoas Toxicodependentes ..... 45
3.7 - Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias ..... 47
3.8 - Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico ..... 49
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: esforço público ..... 51
ANEXOS ..... 54
Nomenclaturas e Conceitos ..... 55

## 1. Nota introdutória[1]

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) no âmbito da ação social concorre para os *objetivos fundamentais de prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades*. A Carta Social tem-se constituído um instrumento privilegiado com informação mais relevante da dinâmica da Rede, fundamental na avaliação e definição das políticas sociais, no apoio ao planeamento e preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio essencial na linha de informação ao cidadão.

Com o intuito de disponibilizar mais e melhor informação tem sido promovida a atualização da informação da Carta Social via eletrónica, o que tem possibilitado que as entidades de apoio social acedam a uma plataforma informática através da *internet* que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, tem produzido menores encargos públicos.

O relatório que se apresenta, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa, tem por base a informação obtida por referência a 31 de dezembro de 2013, pretendendo dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES, apresenta as principais variáveis e indicadores de caraterização do comportamento das entidades, equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado.

[1] No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos "valência" e "resposta social".

# 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

## 2.1 - Entidades Proprietárias

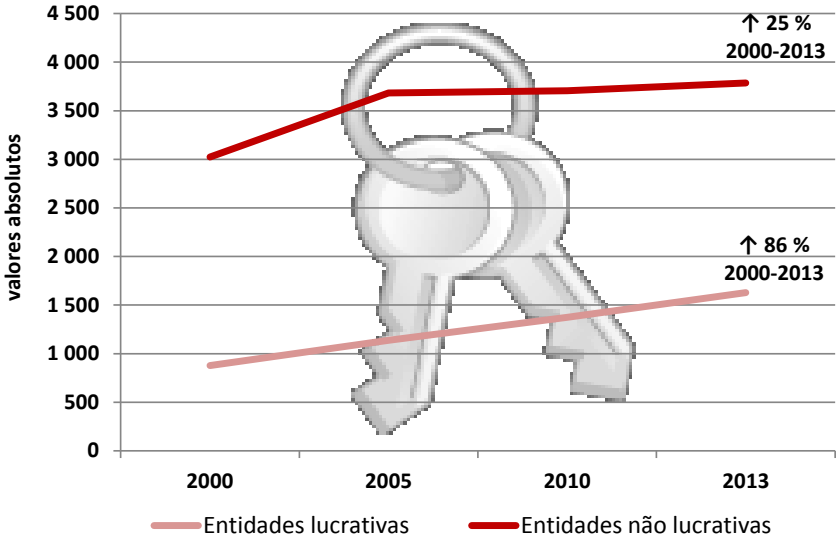
Considera-se entidade proprietária, no âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), qualquer entidade, individual ou coletiva a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

### *Entidades lucrativas e não lucrativas*

As entidades proprietárias no âmbito do relatório da Carta Social são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). As entidades lucrativas congregam as instituições particulares com fins lucrativos.

Na última década assistiu-se a um crescimento significativo do número de entidades proprietárias de equipamentos sociais, tanto ao nível das entidades lucrativas, como das entidades não lucrativas. Todavia, enquanto as entidades lucrativas registam um crescimento contínuo desde 2000, reflexo da dinâmica do sector privado no contexto da ação social, as entidades não lucrativas, historicamente mais antigas, apresentam um incremento moderado desde 2005, continuando no entanto a constituir o principal suporte de desenvolvimento da RSES.

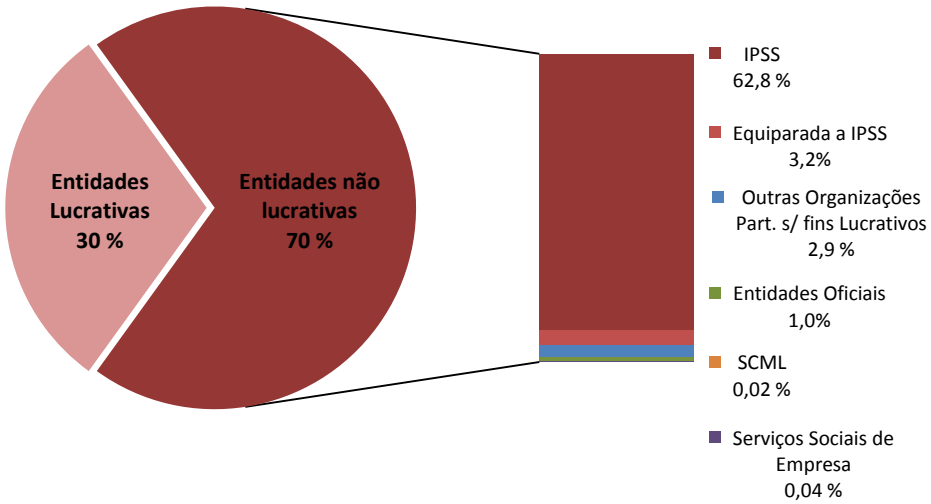
***Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica,*** *Continente 2000-2013*[1]




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social;
[1]Nova série.

Em 2013, por referência a 31 de dezembro, contabilizaram-se cerca de 5400 entidades proprietárias de equipamentos sociais no Continente, representando as entidades não lucrativas 70 % e as entidades lucrativas 30 % do universo. As IPSS constituem 63 % do total das entidades proprietárias de equipamentos sociais.

***Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica,*** *Continente 2013*[1]




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social;
[1]Nova série.

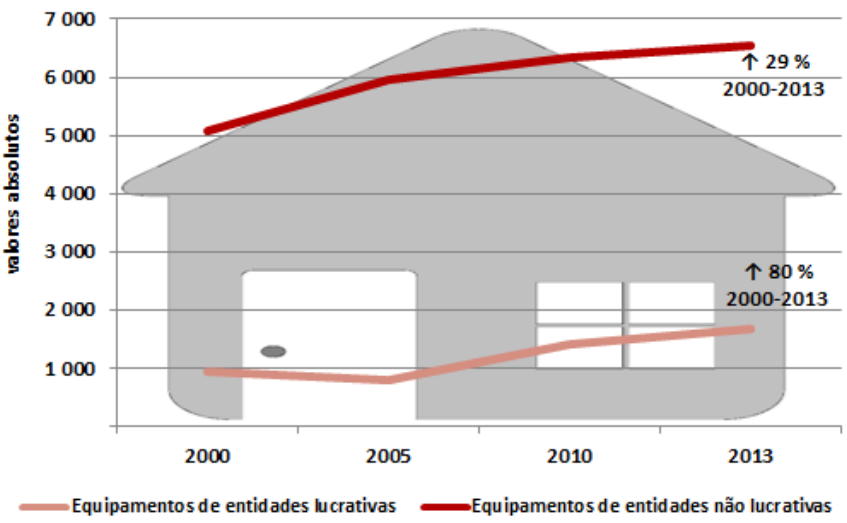
## 2.2 - Equipamentos Sociais

No âmbito da Carta Social é considerado equipamento social, toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes.

### *Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas*

Em 2013, o número de equipamentos sociais apresentava um crescimento em relação a 2000 de 37 %, o que se traduz num aumento superior a 2200 novos equipamentos desde o ano 2000.

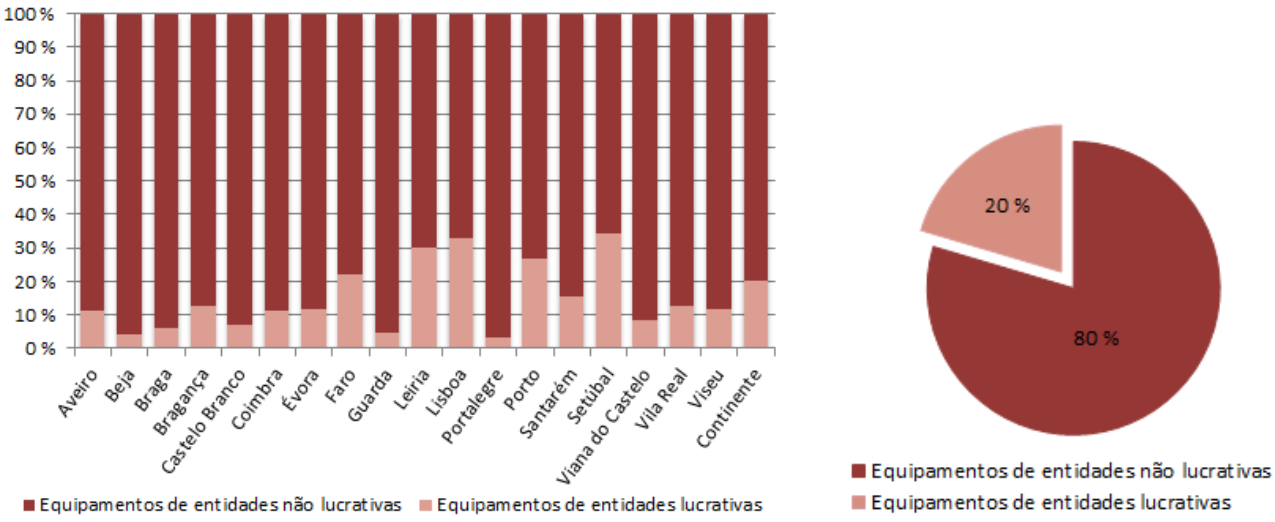
***Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária****, Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Embora os equipamentos de entidades lucrativas registem um aumento (80 %) no período 2000-2013 significativamente superior aos equipamentos de entidades não lucrativas (29%), estes últimos apresentam em 2013 um peso de 80 % no total de equipamentos em funcionamento no Continente.

***Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária**, por distrito e Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A nível distrital, a oferta de equipamentos segundo a natureza jurídica da entidade proprietária apresenta algumas diferenças. Se por um lado, os distritos de Setúbal (34,5 %), Lisboa (33,2 %) e Leiria (30,3 %) apresentam um peso de equipamentos de entidades lucrativas superior a 30 %, no caso dos distritos da Guarda (4,6 %), Beja (4,3 %) e Portalegre (3,2 %) a implantação destes equipamentos em 2013 ficou abaixo dos 5 %.

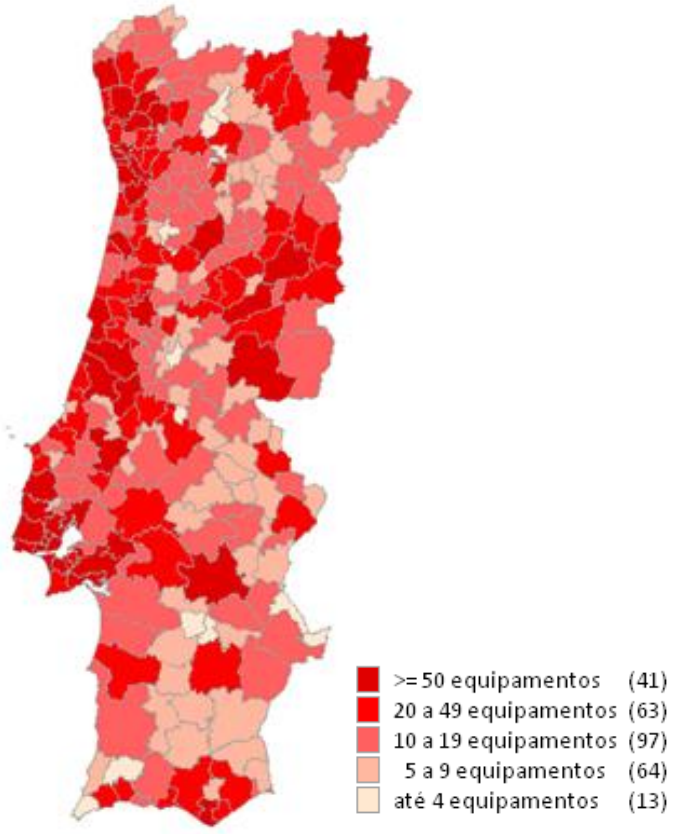
Em 2013, em média, por cada quatro equipamentos de entidades não lucrativas (rede solidária e rede pública), correspondia um de entidades lucrativas, proporção que se tem mantido constante desde 2010.

## *Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho*

A distribuição de equipamentos sociais no território continental tem seguido o padrão de distribuição populacional, sendo notória uma maior implantação nos concelhos da faixa litoral. Os territórios do interior norte, acentuadamente envelhecidos, apresentam também um peso significativo de equipamentos.

A totalidade dos municípios do Continente (278) detinha equipamentos sociais em 2013, contendo a maioria (201) uma oferta de 10 ou mais equipamentos.

***Distribuição espacial dos equipamentos sociais,*** *por concelho 2013*



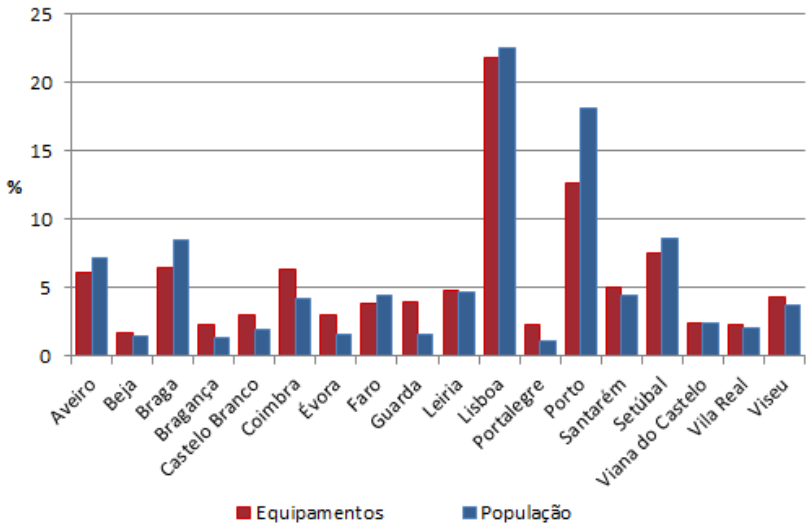

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Peso dos equipamentos sociais e da população residente por distrito*

O peso dos equipamentos sociais e da população residente revela uma distribuição relativamente equitativa na maioria dos distritos.

Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal são os distritos que apresentam o maior peso de população residente em relação aos equipamentos existentes.

***Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente,*** *por distrito 2013*

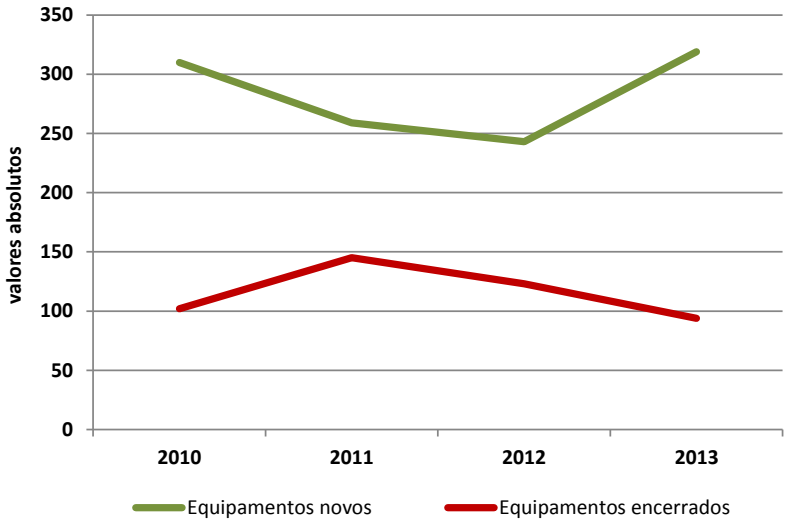



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.
INE, Estimativas da População Residente para 2013.

## *Equipamentos sociais novos e encerrados*

A evolução do número de equipamentos novos e encerrados tem revelado algumas variações ao longo do período. Enquanto os equipamentos novos registaram um crescimento acentuado em 2013, o número de equipamentos encerrados tem descido significativamente desde 2011, o que, à partida, traduz o reforço da capacidade instalada e entre outros fatores o maior cumprimento das normas de instalação e funcionamento por parte das entidades proprietárias/ gestoras.

***Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados,*** *Continente 2010-2013*

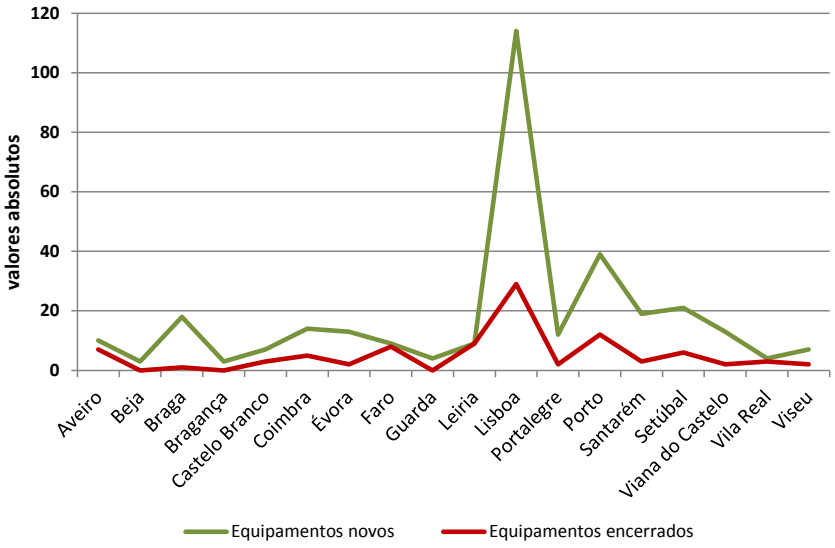



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Por conseguinte, o saldo entre equipamentos novos e encerrados é positivo em 2013 em todos os distritos do Continente.

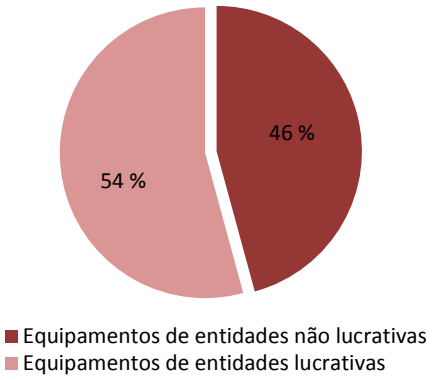
O distrito de Lisboa constitui o território que continua a apresentar maior volume de novos equipamentos, seguido do Porto e Setúbal.

***Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados,*** *por distrito, 2013*



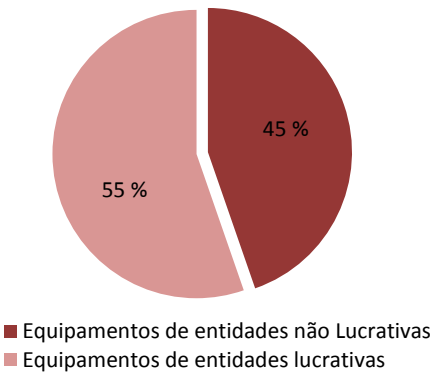

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

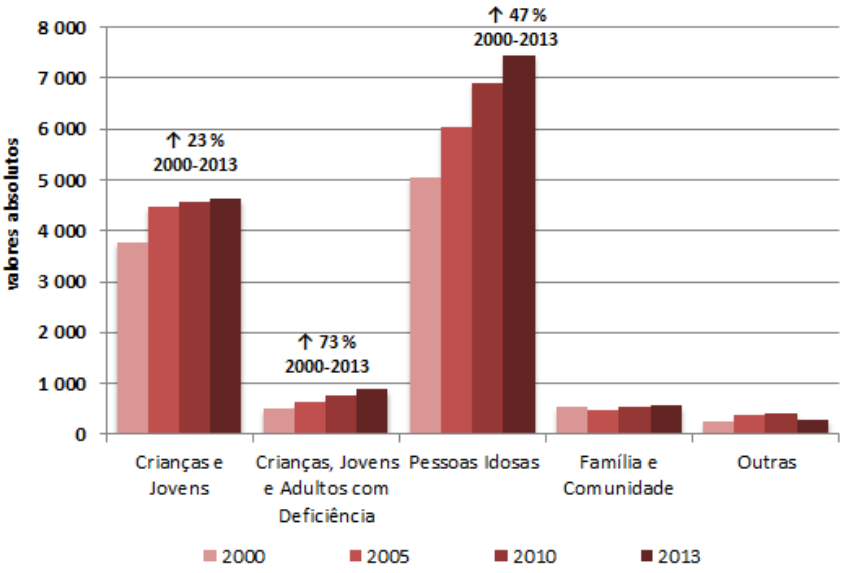
No que diz respeito à natureza jurídica das entidades proprietárias de equipamentos que entraram em funcionamento em 2013, o peso dos equipamentos de entidades lucrativas é ligeiramente superior (54 %) aos equipamentos de entidades não lucrativas (46 %), situação análoga aos equipamentos que encerraram em 2013, 55 % corresponde a equipamentos de entidades lucrativas.

## 2.3 - Respostas Sociais

### *Respostas sociais por população-alvo*

O número de respostas sociais que integram a RSES revela em 2013 um crescimento muito positivo (36 %), por referência ao ano de 2000, em todos os grupos-alvo.

***Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo,*** *Continente 2000-2013*



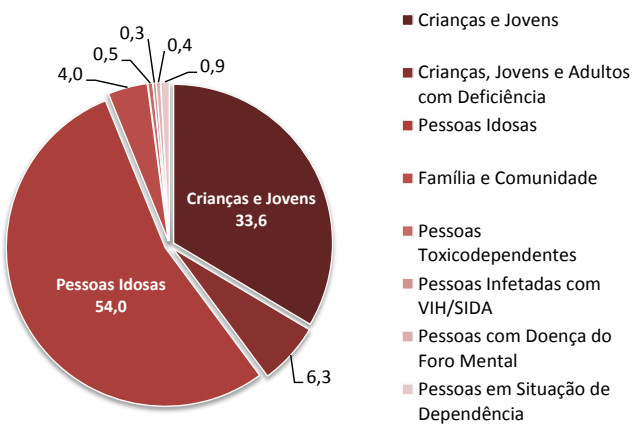

Fonte: GEP-MSESS. Carta Social.

As respostas destinadas às pessoas com deficiência apresentam, no conjunto de todas as respostas, o maior crescimento (73 %) ao longo do período de análise (2000-2013), traduzindo-se em 350 novas respostas desde 2000. As respostas dirigidas às Pessoas Idosas, embora registem um crescimento inferior (47 %) entre 2000 e 2013, são as que apre-

sentam o maior número, contabilizando-se em 2013 mais de 7400 respostas no Continente, das quais 250 entraram em funcionamento nesse ano. O apoio ao grupo das crianças e jovens, no âmbito da RSES, revela um aumento no mesmo período de 23 %, correspondendo a mais de 4600 respostas em funcionamento em 2013.

Com mais de 50 % do total de respostas da RSES, as Pessoas Idosas constituem o grupo-alvo com o maior peso de respostas, o que explica a preocupação pública com o apoio aos idosos na satisfação das suas necessidades, grupo este que vem ano após ano aumentando a sua representatividade na população residente. As respostas para as Crianças e Jovens e para Pessoas com Deficiência representavam em 2013, em conjunto, cerca de 40 % do total.

***Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo,*** *Continente 2013*



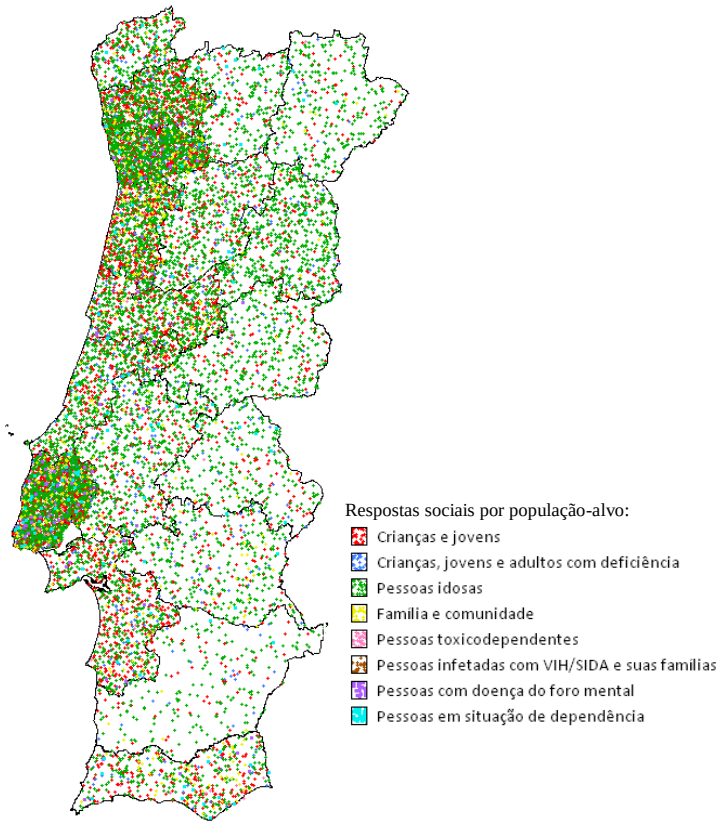

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo*

A distribuição espacial de respostas sociais no território continental reproduz o padrão de distribuição populacional. Os distritos com maior densidade populacional, designadamente na faixa litoral norte e área metropolitana de Lisboa, concentram o maior número de respostas.

A população idosa e as crianças e jovens constituem os grupos-alvo com o maior número de respostas disseminadas pelo Continente, ainda que as respostas para os restantes grupos apresentem igualmente uma distribuição territorial bastante equitativa.

***Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo*** *Continente 2013*

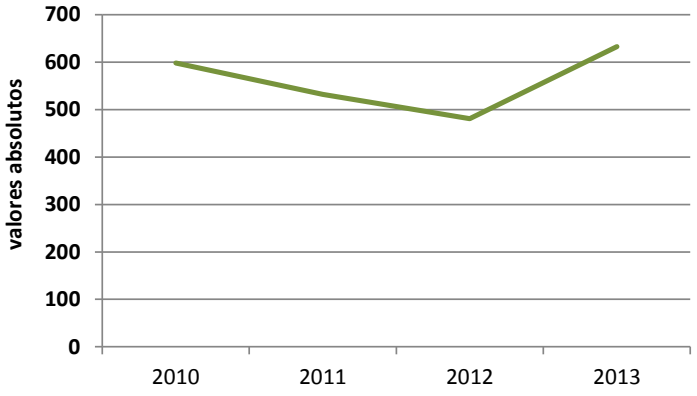



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

### *Respostas sociais novas*

No ano de 2013, à semelhança dos equipamentos novos, o número de respostas sociais que entraram em funcionamento regista um aumento muito significativo, contabilizando-se mais de 630 novas respostas sociais, contrariando a tendência de decréscimo desde 2010.

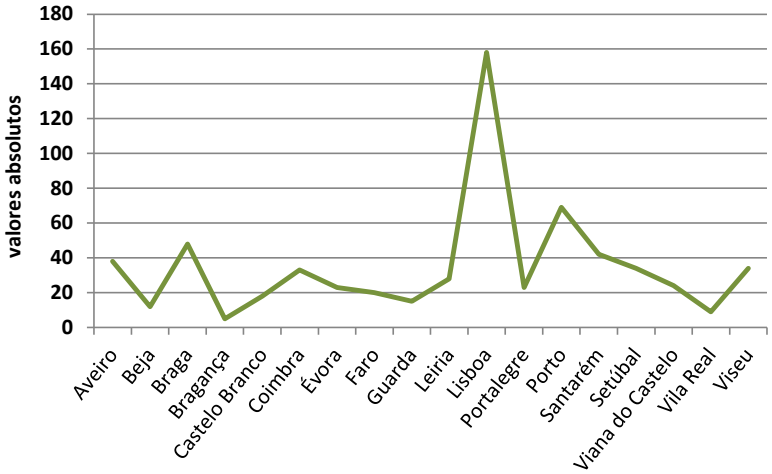
***Evolução do número de respostas sociais novas,***
*Continente 2010-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

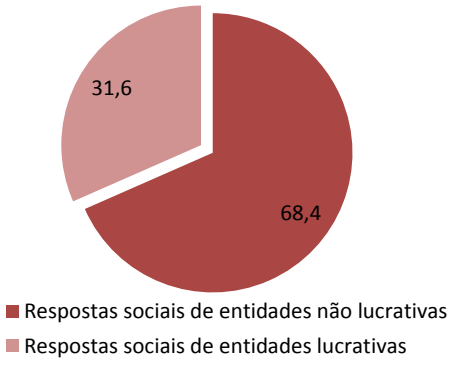
A dinâmica na criação de novas respostas sociais está patente por todo o território, embora os distritos de Lisboa, Porto, Braga e Santarém se destaquem, totalizando em conjunto cerca de 50 % do total de respostas que entraram em funcionamento em 2013.

***Distribuição do número de respostas sociais novas,***
*por distrito 2013*



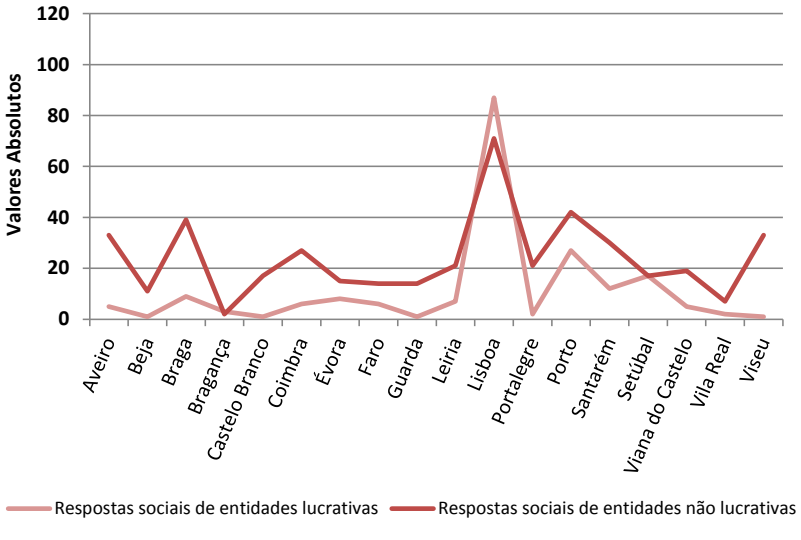

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária,***
*Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

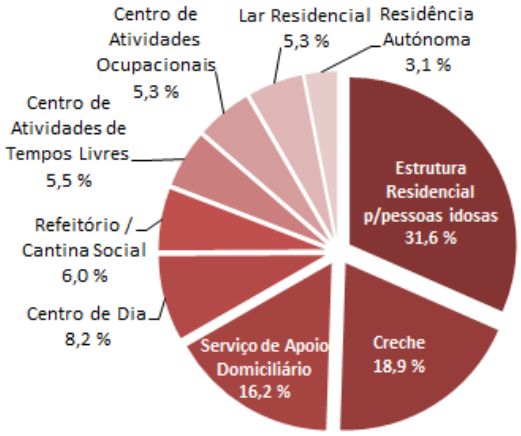
***Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária,***
*por distrito 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Quanto à natureza jurídica das entidades proprietárias das novas respostas sociais, é de destacar que 68 % das respostas pertence a entidades não lucrativas, sobretudo da rede solidária. A nível distrital, apenas Lisboa apresenta em 2013 um número de novas respostas da rede lucrativa superior ao número de novas respostas de entidades não lucrativas.

***Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

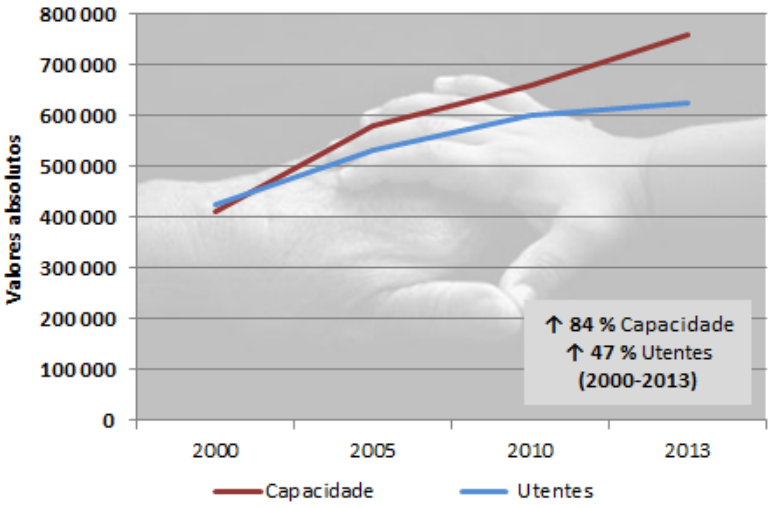
A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (32 %), a Creche (19 %) e o Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosos (SAD) (16 %) constituíram as respostas que abriram em maior número em 2013, totalizando 68 % das respostas que entraram um funcionamento.

O Refeitório/Cantina Social consistiu na quinta valência com maior número de aberturas em 2013, resposta que ganhou um novo impulso com o Programa de Emergência Social (PES) e que tem permitido o apoio a famílias com carências socioeconómicas.

## *Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes*

A capacidade das respostas que compõem a RSES têm evidenciado um crescimento relevante (84 %) ao longo do período de análise (2000-2013), refletindo-se num incremento de cerca de 350 000 lugares desde 2000, totalizando em 2013 uma oferta de 760 000 lugares, aproximadamente. Paralelamente tem-se verificado, também, um importante aumento no número de utentes/utilizadores das respostas (47 %), o que reflete um reforço do apoio às populações.

***Evolução da capacidade e dos utentes***
*Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

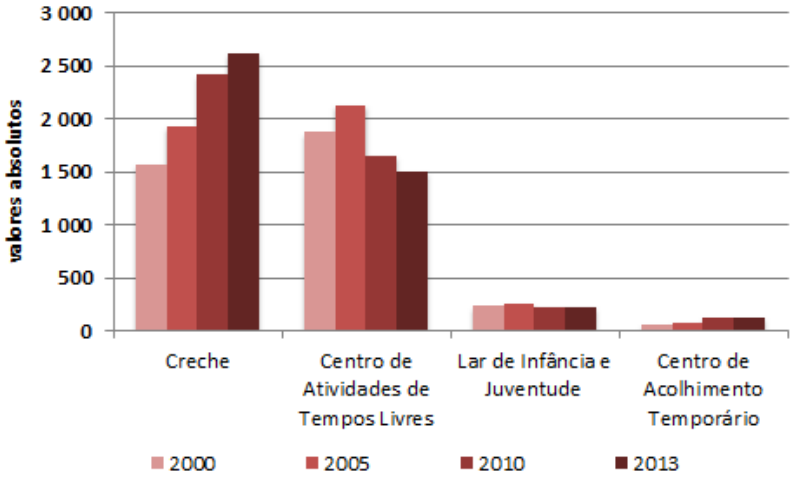
## 3. Respostas sociais por população-alvo

### 3.1 - Crianças e Jovens

*Respostas sociais e capacidades*

As respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens têm apresentado uma evolução muito positiva (20 %) entre 2000-2013, particularmente a resposta Creche. Em 2013, contabilizaram-se 4508 respostas para este grupo-alvo no âmbito da RSES, refletindo um aumento de cerca de 750 novas respostas desde o início do período de análise.

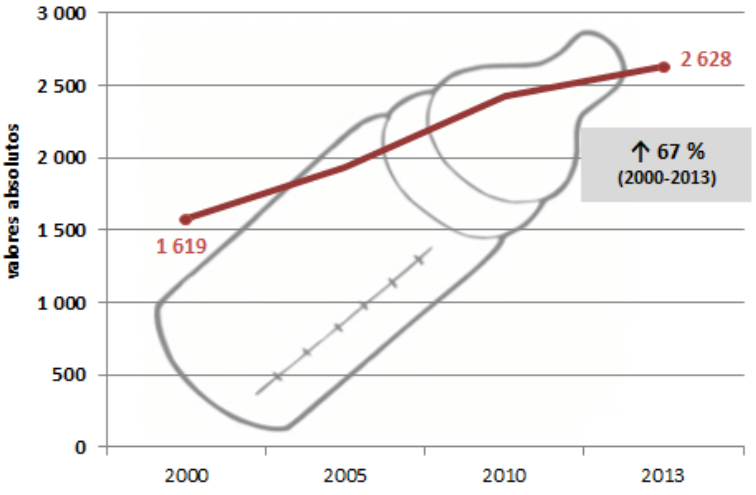
***Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

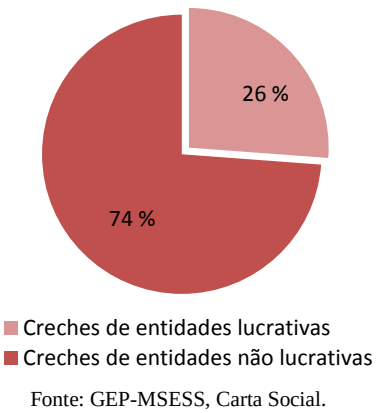
A Creche, resposta direcionada para o apoio à primeira infância (0-3 anos de idade), tem evidenciado um crescimento expressivo (67 %) entre 2000-2013, o que se traduz num aumento superior a 1000 novas respostas por referência a 2000. De referir, que à semelhança do ano anterior, 74 % do total de Creches em funcionamento são desenvolvidas em equipamentos de entidades não lucrativas, maioritariamente da rede solidária (IPSS, entidades equiparadas e outras entidades sem fins lucrativos), com acordos de cooperação estabelecidos com o MSESS.

***Evolução do número de respostas de Creche,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual do número de respostas de Creche, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No sentido inverso, o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL),

atendendo à integração desta resposta na oferta escolar (sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência), tem verificado um decréscimo.

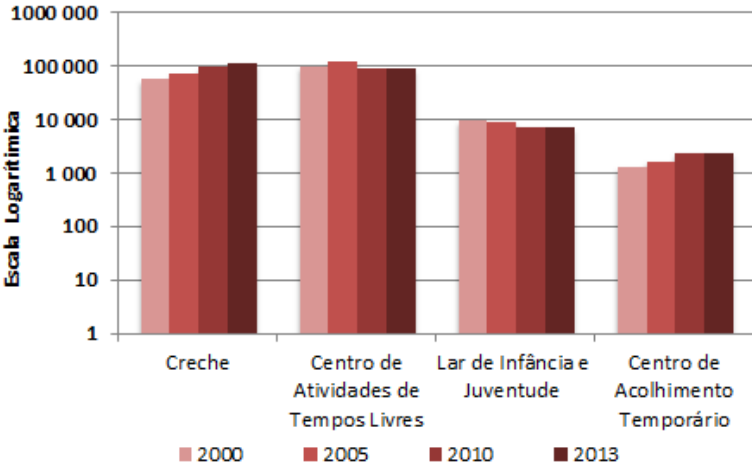
A capacidade (número de lugares) das respostas para as crianças e jovens revela de igual modo um incremento assinalável no período 2000-2013, contabilizando-se mais de 212 000 lugares no total de respostas para esta faixa populacional.

Tal como se verificou para o número de respostas em funcionamento, a Creche apresenta um crescimento expressivo do número de lugares (capacidade) entre 2000-2013 (97 %), acompanhado pelo número crescente de crianças que frequentam as respostas e aqueles que beneficiam dos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades da rede solidária.

Em 2013, por referência a 31 de dezembro, contabilizaram-se no Continente 112 800 lugares para apoio a crianças dos 0-3 anos de idade (Creche), dos quais cerca de 88 600 lugares em equipamentos de entidades não lucrativas.

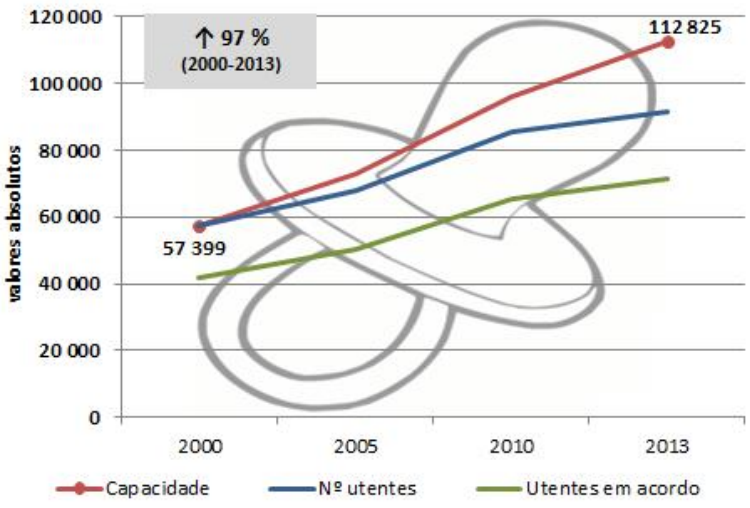
Os desenvolvimentos neste âmbito revelam os esforços que têm sido realizados designadamente no apoio à pri-

***Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens,*** *Continente 2000-2013*



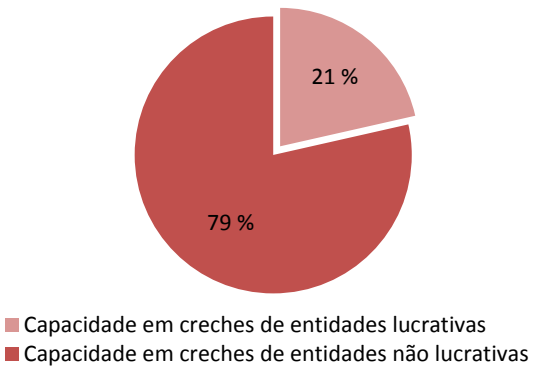

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual da capacidade da resposta de Creche, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

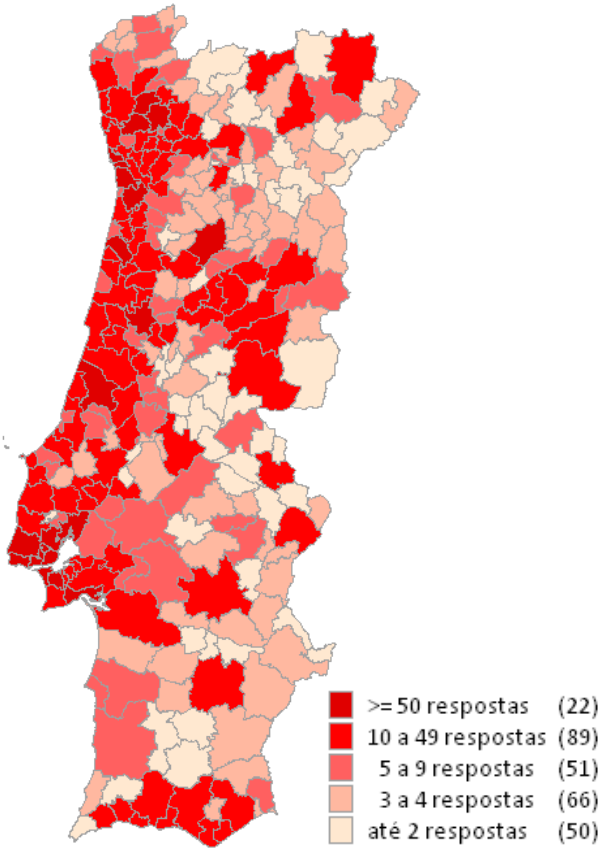
meira infância, facilitando a conciliação da vida familiar e profissional dos pais.

### *Distribuição espacial das respostas sociais por concelho*

Os territórios ao longo da faixa litoral norte e centro em torno dos grandes centros urbanos concentravam em 2013 a maioria das respostas para as Crianças e Jovens.

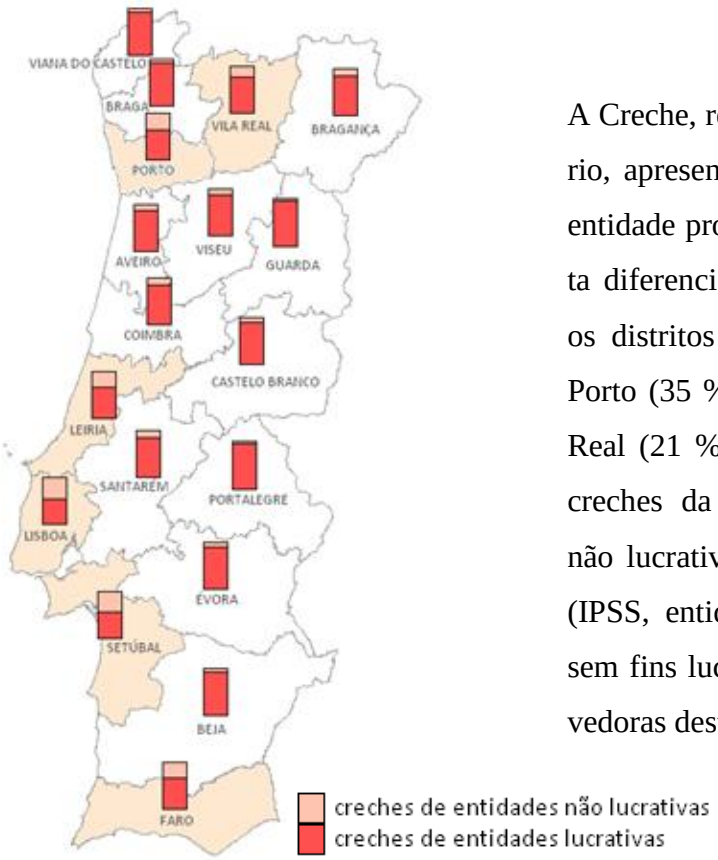
Do total de municípios do Continente (278), 275 dispunha de respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo, dos quais 111 oferecia 5 ou mais respostas.

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças e Jovens**, por concelho 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária** e distrito 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A Creche, resposta disseminada por todo o território, apresenta em termos da natureza jurídica da entidade proprietária dos equipamentos uma oferta diferenciada ao longo do Continente. Embora os distritos de Lisboa (44 %), Setúbal (41 %), Porto (35 %), Leiria (31 %), Faro (31 %) e Vila Real (21 %) apresentem um peso importante de creches da rede privada/lucrativa, as entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária (IPSS, entidades equiparadas e outras entidades sem fins lucrativos) constituem as principais provedoras desta resposta em todos os distritos.

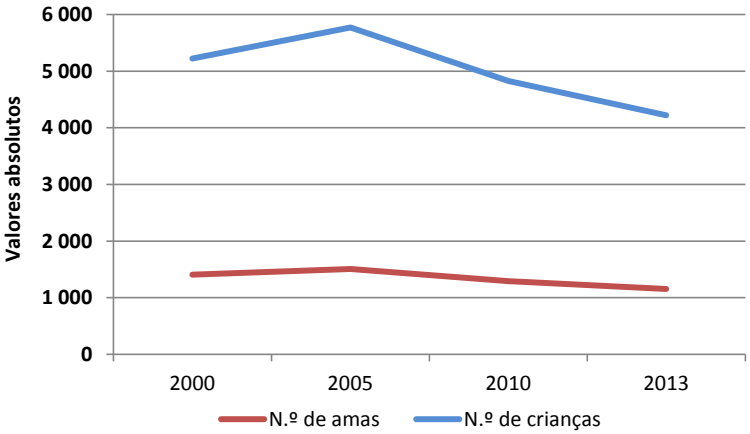
### *A resposta social Ama*

A resposta social Ama, enquadrada nos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou em IPSS, é desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento das crianças durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

### *Número de amas e crianças acolhidas*

Contrariamente às restantes respostas de apoio a Crianças e Jovens já analisadas, verifica-se uma redução do número de amas desde 2005, assim como do número de crianças acolhidas por esta resposta.

***Evolução do número de amas e de crianças acolhidas,*** *Continente 2000-2013*

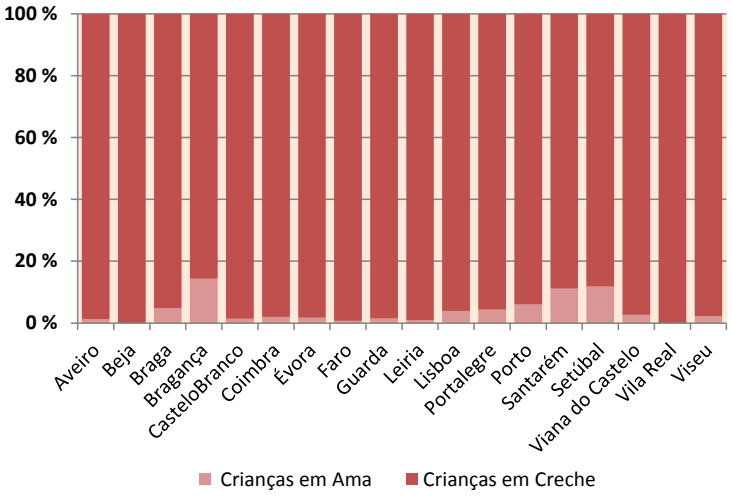



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No ano de 2013, a média de crianças acolhidas por Ama fixou-se em 3,7 crianças, valor que tem registado poucas alterações, enquadrando-se dentro dos parâmetros definidos na lei (permitido um máximo de quatro crianças/ama).

Atendendo às especificidades que caracterizam a resposta Ama, a sua evolução tem-se diferenciado das restantes respostas de apoio à primeira infância. A oferta desta resposta tem-se fixado apenas em alguns distritos, apresentando um peso reduzido quando comparado com a resposta Creche. Os distritos de Bragança (14 %), Setúbal (12 %) e Santarém (11 %) são os distritos com maior peso de crianças acolhidas em Ama.

***Peso relativo das respostas sociais para a Primeira Infância (Creche e Ama) segundo o número de crianças acolhidas,*** *por distrito 2013*

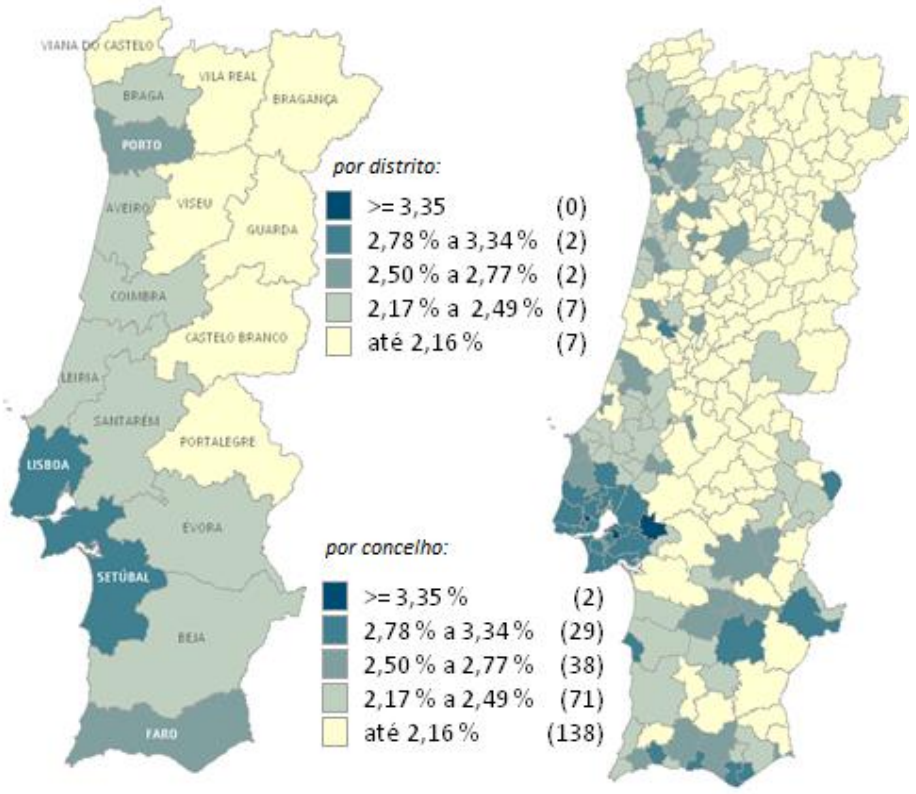



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos*

As assimetrias demográficas existentes entre o interior e o litoral do território continental evidenciam-se desde logo no peso da população muito jovem (0-3 anos. Os distritos dispostos ao longo da faixa litoral, continuam a apresentar as maiores percentagens de crianças até aos 3 anos de idade, com particular ênfase a área metropolitana de Lisboa. O interior norte do país evidencia pelo contrário as menores percentagens de crianças.

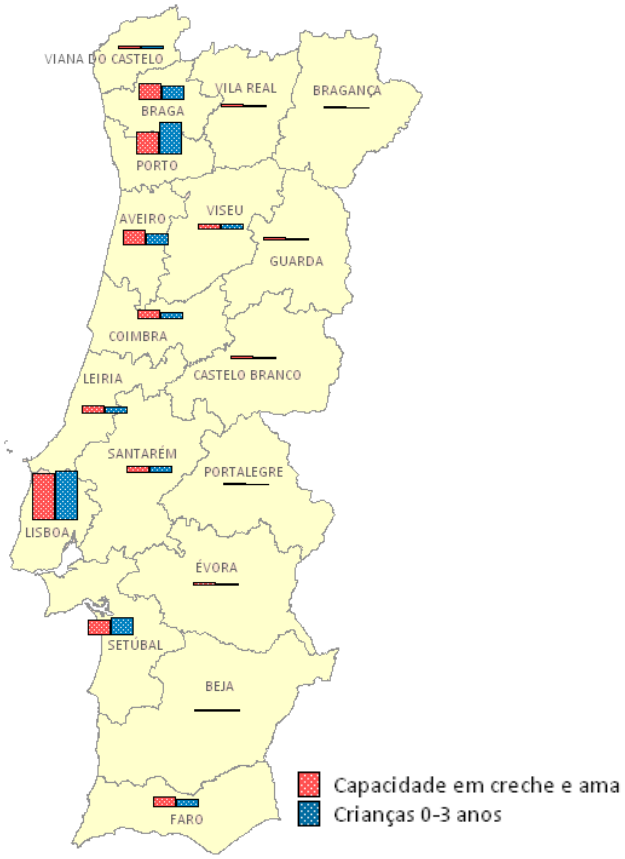
***Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total**, por distrito e concelho 2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.

Na análise da relação entre a distribuição da oferta de lugares nas respostas para a primeira infância (Creche e Ama) e a distribuição da população até aos 3 anos de idade por distrito, evidencia-se, à exceção de Lisboa, Porto e Setúbal, um peso superior da oferta na maioria dos distritos. O menor peso da oferta em relação à população-alvo nos territórios com maiores percentagens de crianças, traduz níveis de cobertura, ainda, abaixo das necessidades.

***Distribuição percentual da oferta (Creche e Ama) e da população-alvo (< 3 anos)**, por distrito 2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

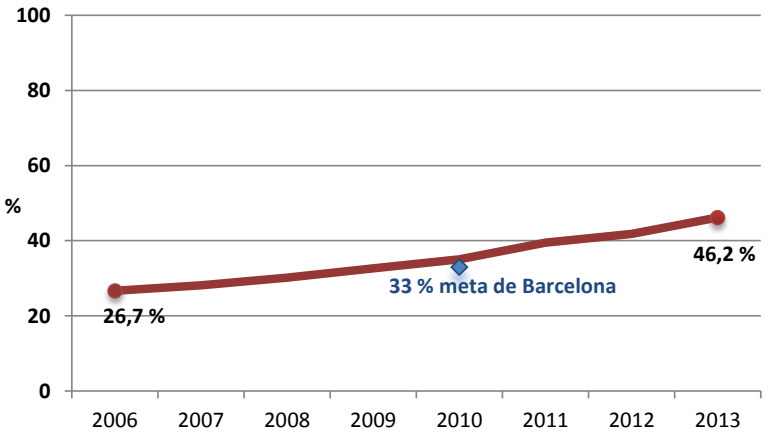
## *Taxa de cobertura das respostas sociais*

A taxa de cobertura das respostas sociais de apoio à 1.ª infância (Creche e Ama) tem registado ao longo dos últimos anos um incremento muito significativo, apresentando um aumento de 73 % no período 2006-2013.

No ano de 2013, a taxa de cobertura média de respostas para a primeira infância no Continente fixou-se em 46,2 %, evidenciando um crescimento de 10 % em relação a 2012 (41,8 %), traduzindo um aumento superior a 4500 novos lugares em Creche.

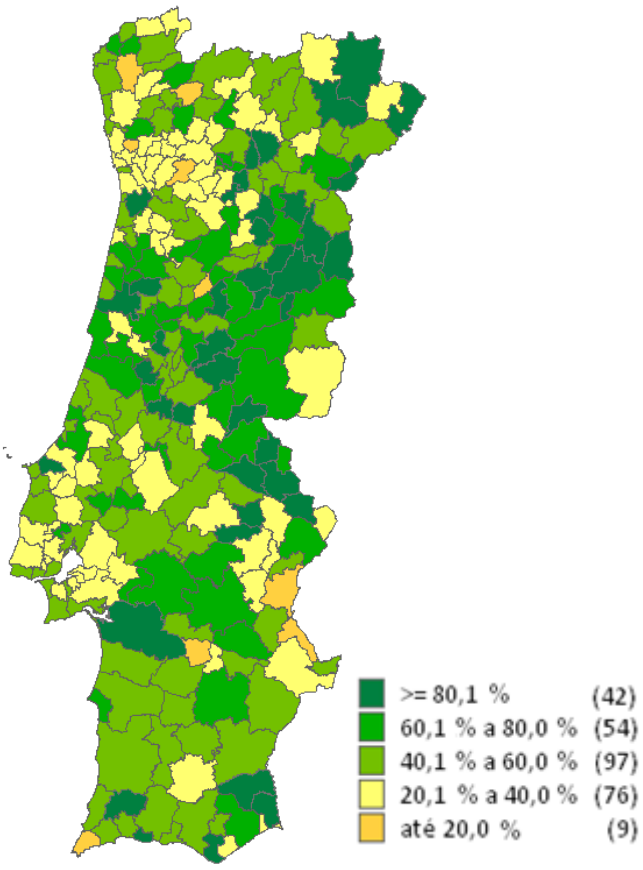
Apesar do efeito da diminuição da população residente até aos 3 anos de idade, o esforço desenvolvido no âmbito do apoio às famílias com crianças a cargo tem-se refletido num ritmo contínuo de crescimento das respostas sociais. A nível concelhio, do total de concelhos do território continental (278), 193 registaram uma taxa de cobertura acima de 40 %, dos quais 96 registaram uma taxa superior a 60 %.

***Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama,*** *Continente 2006-2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

***Taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama,*** *por concelho 2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

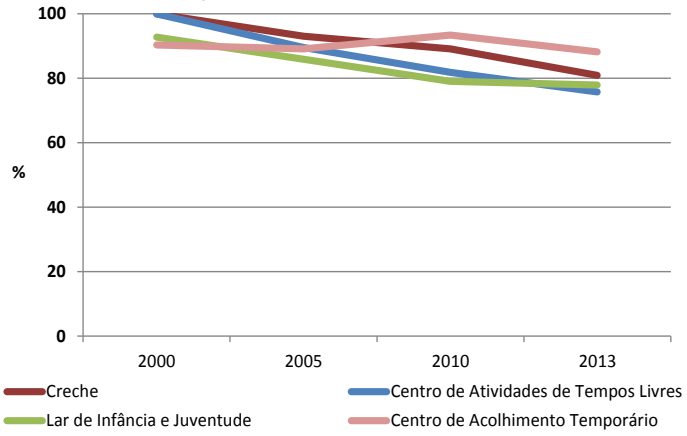
## *Taxa de utilização das respostas sociais*

A taxa de utilização das respostas sociais para Crianças e Jovens regista, em linha com os anos anteriores, uma descida que se estende a todas as respostas no período 2000-2013. As respostas Centro de Acolhimento Temporário (88,2 %) e Creche (80,9 %) constituem as respostas que registam em 2013 os maiores níveis de utilização, e as únicas para este grupo-alvo com uma utilização acima dos 80 %.

Embora se verifique desde 2000 um aumento do número de crianças a frequentar a resposta Creche, a quebra do número de crianças até aos 3 anos de idade, em consequência da redução acentuada do número de nascimentos nos últimos anos, conjugado com o aumento do número de lugares, poderá explicar a tendência de decréscimo da utilização desta resposta. Admite-se ainda, que a atual conjuntura económica com efeitos no poder compra das famílias, também poderá influenciar no nível de utilização da resposta.

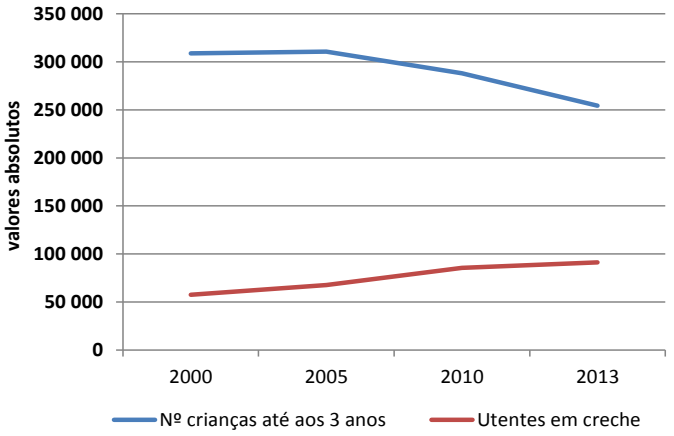
A nível concelhio, verifica-se que a utilização das respostas Creche e Ama é marcada por alguma assimetria ao longo do território, sendo que os concelhos que apresentam os valores mais baixos de utilização concentram-se sobretudo no interior do país, territórios com menor peso de crianças, como já foi referido. É de destacar que do total de concelhos do Continente (278 concelhos), 53 % (147) regista uma taxa de utilização superior a 80 %.

***Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens,*** *Continente 2000-2013*



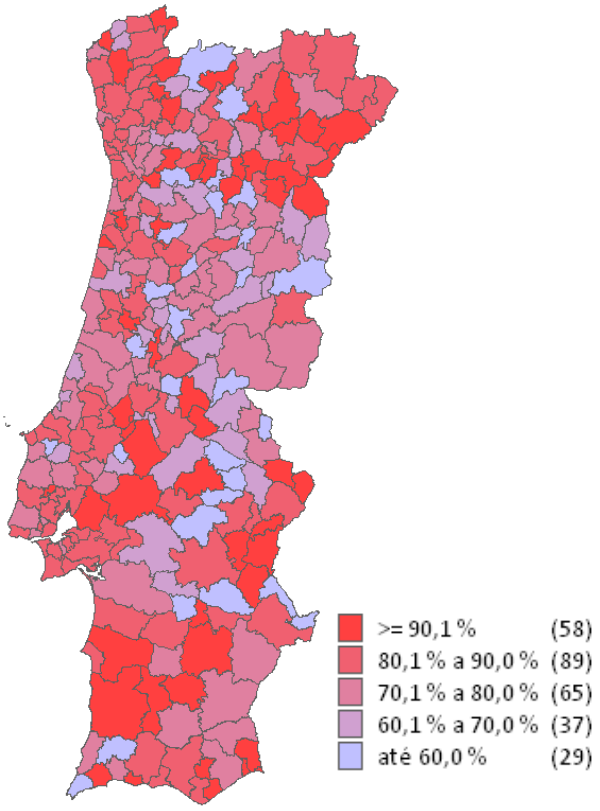

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em creche,*** *Continente 2000-2013*



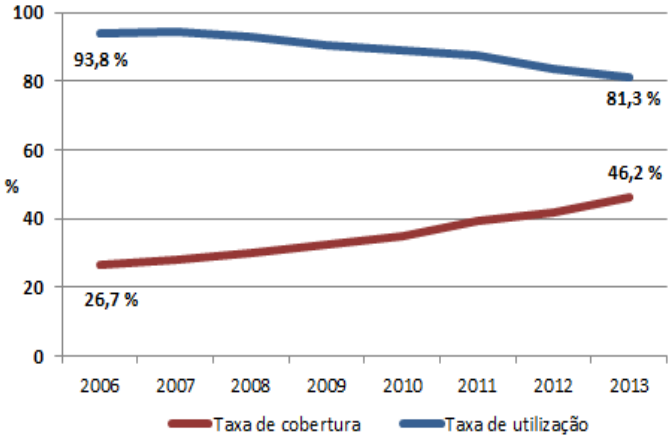

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

***Taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama,*** *por concelho 2013*



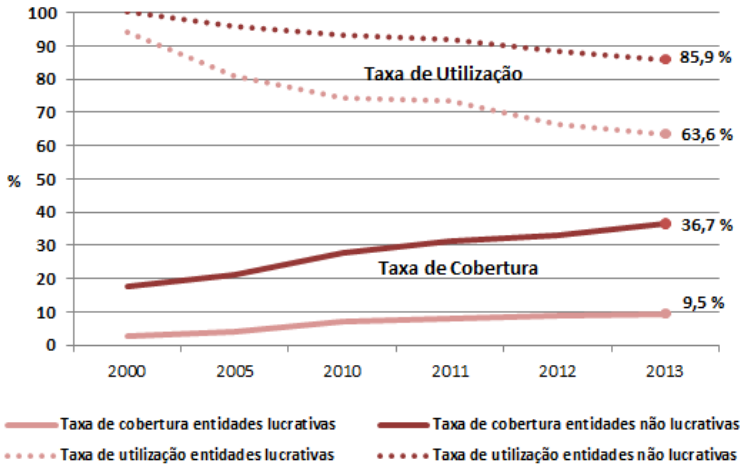

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama,*** *Continente 2006-2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama, por natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2006-2013*



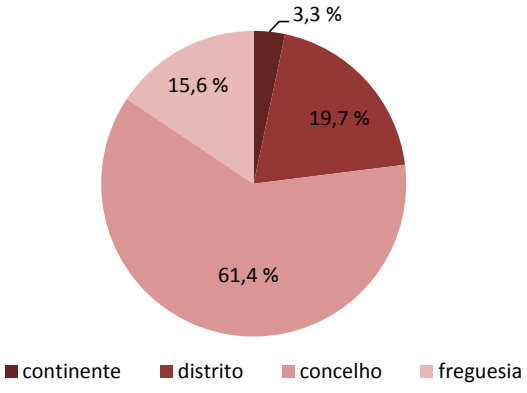

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

Ao analisar-se a taxa de utilização das respostas para a primeira infância (Creche e Ama) quanto à natureza jurídica da entidade proprietária do equipamento, verifica-se que a tendência de decréscimo é comum quer em respostas de equipamentos de entidades não lucrativas, quer em respostas de equipamentos de entidades lucrativas, todavia é mais acentuada nestas últimas, revelando uma utilização em 2013 abaixo dos 65 %. A utilização de creches de entidades não lucrativas, embora apresente uma diminuição de 14 pontos percentuais por relação a 2000, regista ainda assim uma taxa em 2013 de 85,9 %, acima da média para o universo das creches (81,3 %). Relativamente à cobertura destas respostas, as creches de entidades não lucrativas, com níveis de oferta superiores às restantes, registam uma taxa de cobertura média no territóriol continental em 2013 de 36,7 %, enquanto a cobertura média de creches de entidades lucrativas não vai além dos 9,5 %.

## *Funcionamento da resposta Creche*

Em 2013, 61 % das creches em funcionamento recebeu crianças maioritariamente do concelho onde está instalado o equipamento, sendo que 16 % acolheu crianças apenas da própria freguesia.

***Distribuição percentual das Creches por âmbito geográfico de funcionamento,*** *Continente 2013*

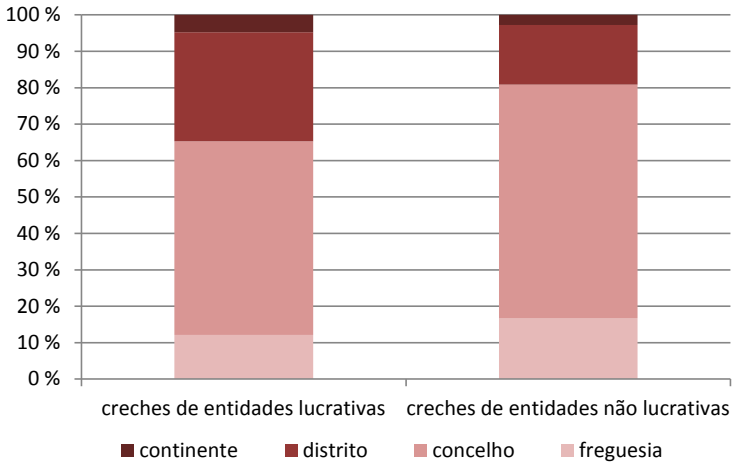



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Na análise, por tipo de entidade proprietária do equipamento, a prevalência de crianças do próprio concelho onde está fixada a creche é predominante nos equipamentos de entidade lucrativas como de entidades não lucrativas. De salientar, contudo, o peso significativo de creches da rede lucrativa que acolhem crianças que, não sendo do concelho de implantação do equipamento, residem no mesmo distrito mas em concelhos distintos. Esta situação tem especial relevo em Lisboa e no Porto.

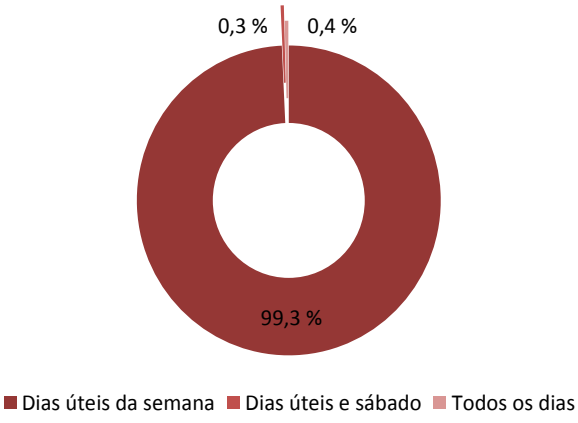
A maioria das Creches (99 %) continua a funcionar apenas durante os dias úteis da semana, todavia é de destacar que uma pequena percentagem de equipamentos já funciona também ao sábado (0,3 %) e inclusivamente todos os dias da semana (0,4 %).

***Distribuição percentual das Creches por âmbito geográfico de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2013*



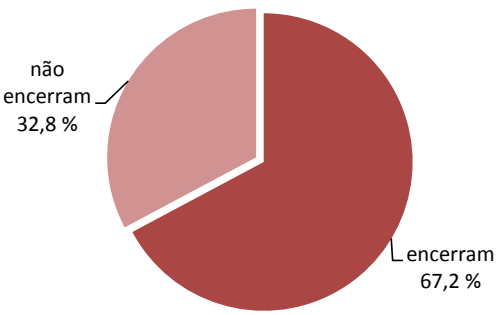

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual das Creches, por período de funcionamento,*** *Continente 2013*



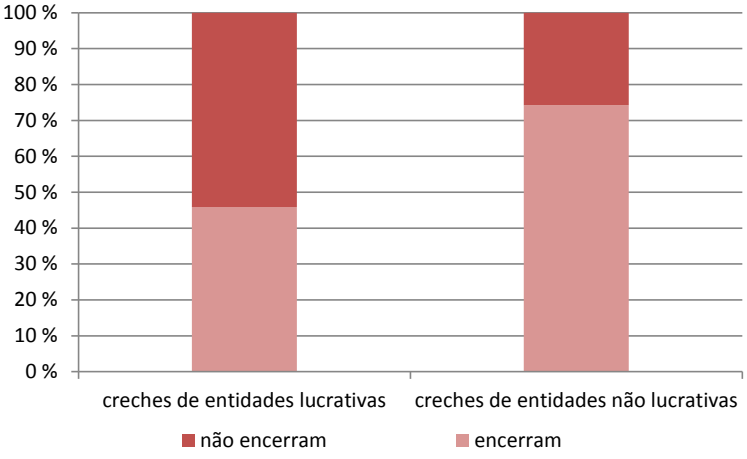

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual das Creches com encerramento para férias,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

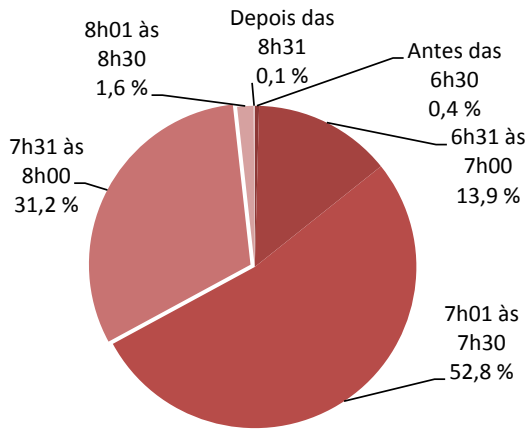
***Distribuição percentual das Creches com encerramento para férias,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

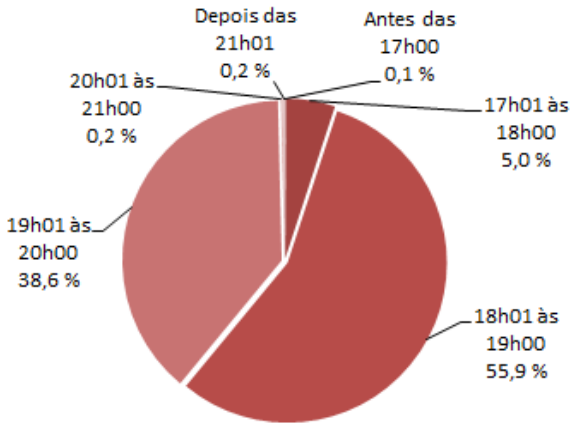
A generalidade das Creches (67 %) encerra para férias, principalmente durante o mês de Agosto (ou parte do mês), no entanto, no que respeita apenas ao universo dos equipamentos da rede lucrativa, mais de 50 % mantém-se abertas ao longo de todo o ano.

***Distribuição percentual das Creches por horário de abertura,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

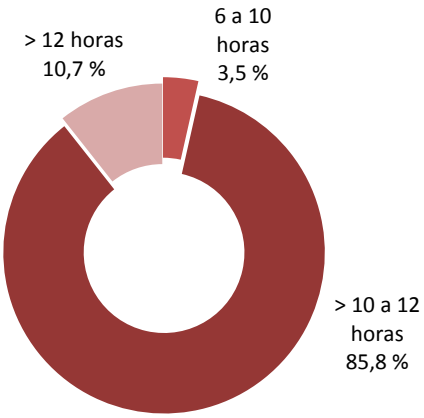
***Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento,*** *Continente2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

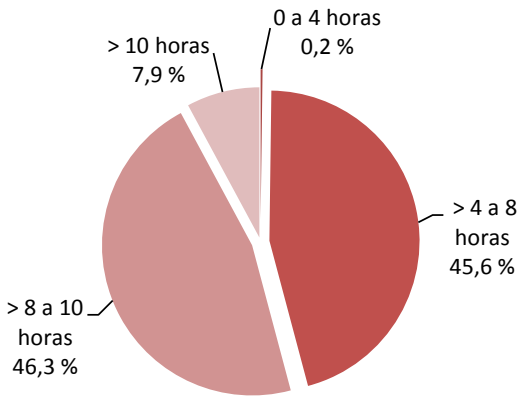
A abertura entre as 7h00 e as 8h00 continua a ser em 2013 o horário de abertura prevalente na maioria das creches (84 %), sendo que em 67,1 % dos equipamentos a abertura decorre até às 7h30. No que diz respeito ao encerramento, em 94,5 % das creches este decorre entre as 18h00 e as 20h00, 55,9 % das quais até às 19h00. A abertura antes das 7h00 e o fecho depois das 19h00 ocorre já em 14,3 % e 39 % das creches, respetivamente. A oferta de horários mais alargados tem crescido nos últimos anos, permitindo às famílias uma melhor gestão dos tempos de trabalho e das responsabilidades familiares. De referir, ainda, que o número de creches em funcionamento até 12 horas diárias representa já 85,8 % do universo, a que acresce 10,7 % que ultrapassa as 12 horas. O número médio de horas em funcionamento fixou-se em 2013 em 11,8 horas.

***Distribuição percentual das Creches por número de horas em funcionamento,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual das Creches por tempo médio de permanência diária das crianças,*** *Continente 2013*



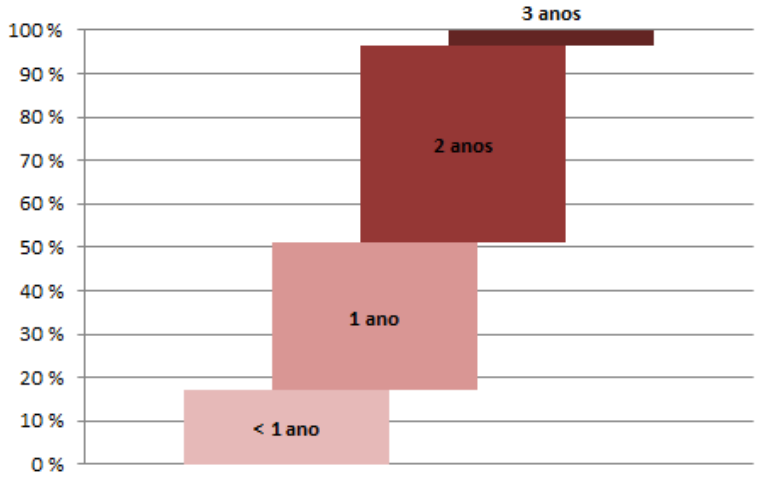

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Em cerca de 46 % das creches a permanência média dos utentes/crianças é de até 8 horas diárias, sendo idêntica a percentagem de crianças com uma frequência entre as 8 e as 10 horas diárias (46 %). O tempo médio de permanência diária foi de 7,2 horas em 2013.

## *Caraterização dos Utentes em Creche*

As crianças com idade igual ou inferior a 1 ano de idade que frequentavam a resposta Creche em 2013 constituíam 51 % do número total de utentes desta resposta, dos quais 17 % tinham menos de um ano de idade. O escalão etário dos 2 anos consistia contudo, na idade mais representada (45 %).

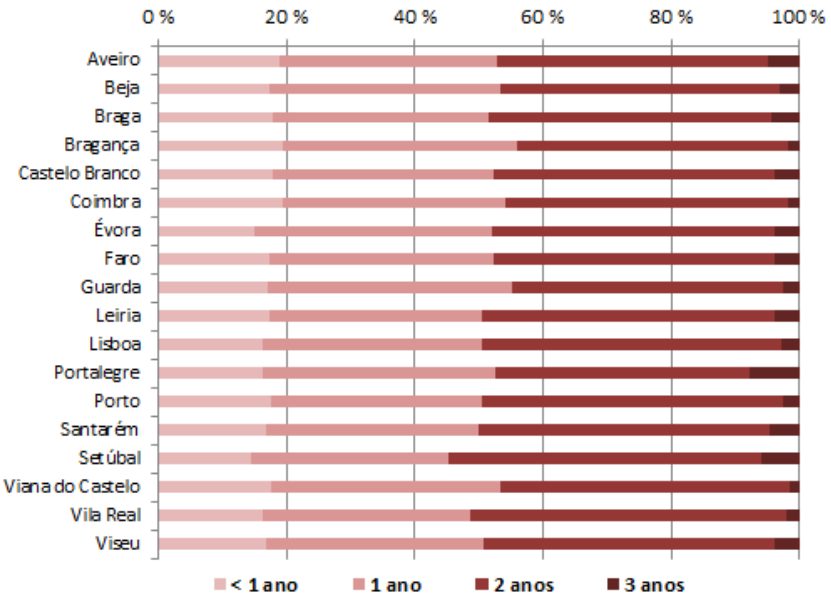
***Distribuição percentual dos utentes em Creche por escalão etário,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A nível distrital não se verificam grandes variações na distribuição das crianças em Creche por idade, evidenciando-se apenas um peso ligeiramente superior de crianças com 2 e 3 anos em alguns distritos.

***Distribuição percentual dos utentes em Creche por escalão etário*** *e distrito 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## 3.2 - Crianças, Jovens e Adultos com deficiência

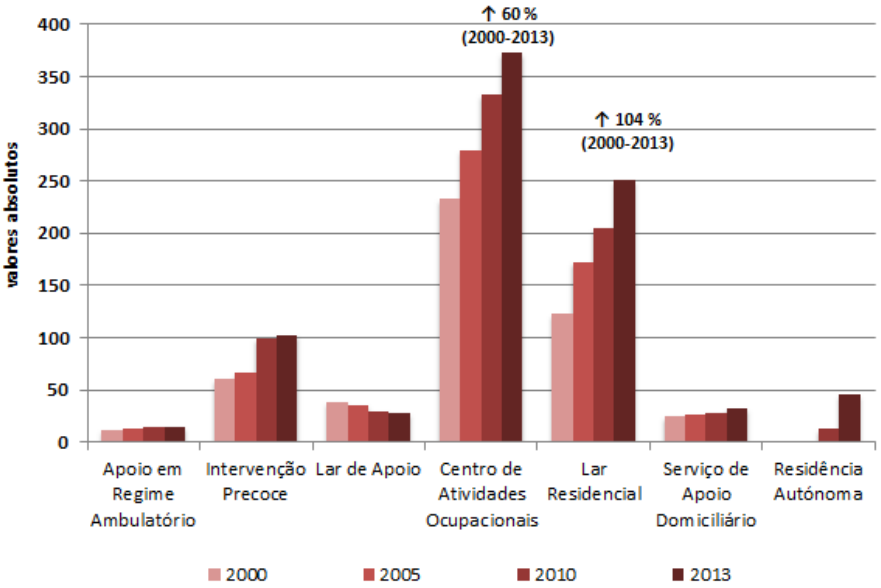
*Respostas sociais e capacidades*

As respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência do âmbito da RSES têm apresentado um crescimento significativo desde o ano 2000 (52 %).

O Lar Residencial e o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) constituem as respostas com maior incremento entre 2000-2013, apresentando um aumento, no que diz respeito ao número de respostas, na ordem dos 60 % e 104 %, respetivamente, o que se traduz em cerca de 270 novas respostas no período em análise.

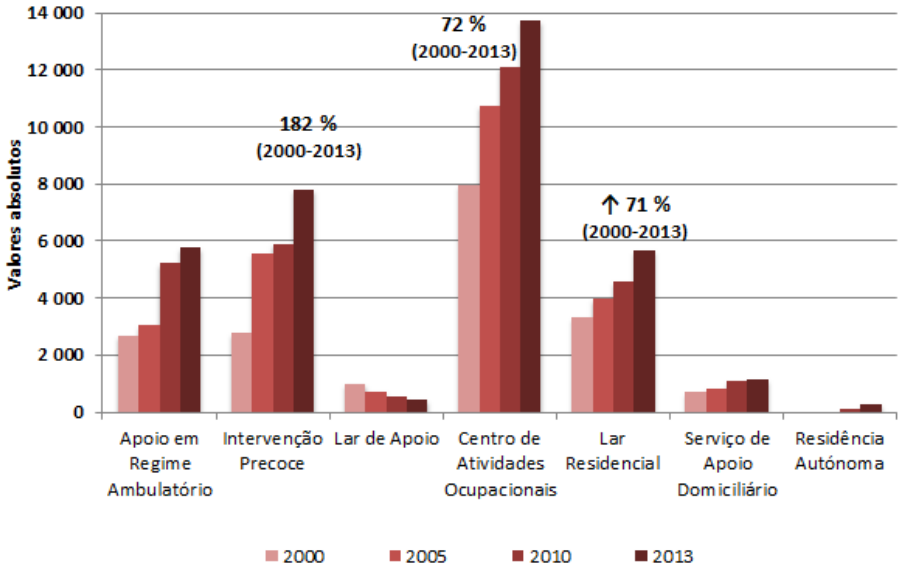
Do mesmo modo, ao nível da capacidade (n.º de lugares), as respostas para pessoas com deficiência registam no período 2000-2013 um alargamento expressivo (89 %), o que se refletiu em mais de 16 000 novos lugares, aproximadamente.

***Evolução das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência**, Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência,** Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No ano de 2013, por referência a 2012, o Lar Residencial foi a resposta com o aumento mais significativo, no conjunto de respostas para este grupo-alvo, quer ao nível do número

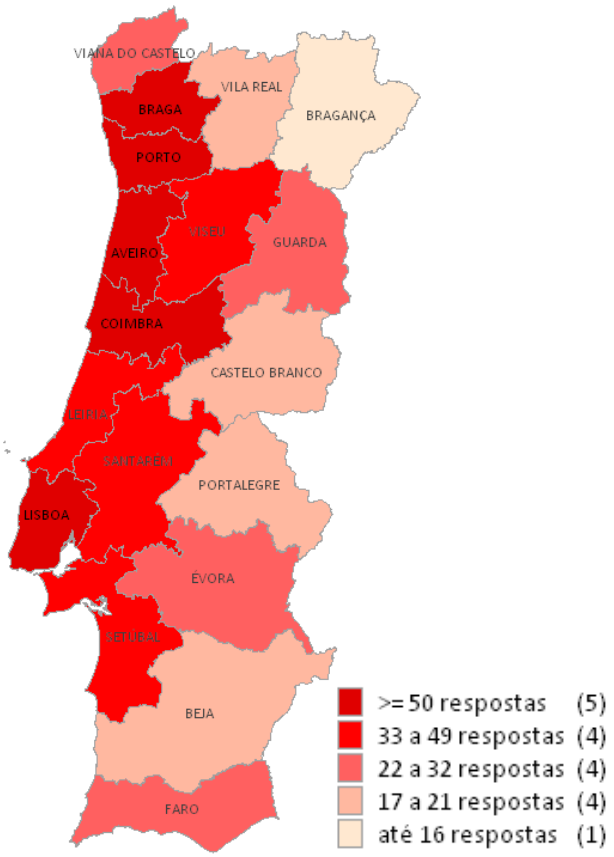
de respostas (mais 30 novas respostas), como do número de lugares disponíveis (mais 391 lugares).

### *Distribuição espacial das respostas sociais por distrito*

A distribuição territorial de respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência evidencia grandes assimetrias entre o litoral e o interior do país. Dos dezoito distritos do Continente, nove, dispostos maioritariamente ao longo da faixa litoral, concentram 76 % das respostas para esta população alvo.

Vila Real, Castelo Branco, Portalegre, Beja e Bragança constituem os distritos com menor peso de respostas nesta área.

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência**, por distrito 2013*

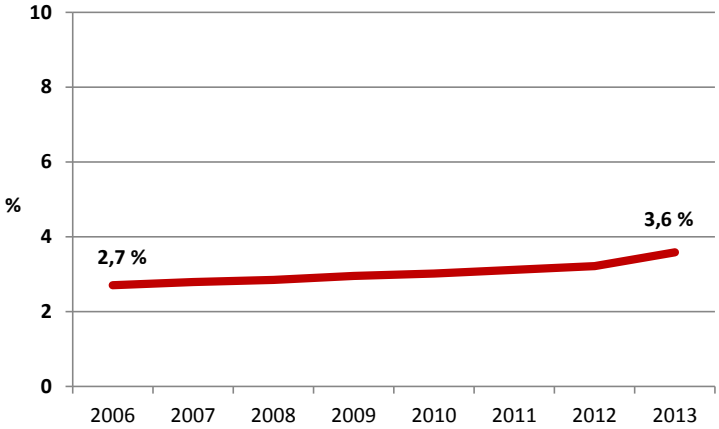



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

### *Taxa de cobertura das respostas sociais*

A cobertura de respostas dirigidas a pessoas com deficiência, apesar de pouco expressiva, tem apresentado um crescimento positivo (32 %) ao longo do período de análise (2006-2013), o que resulta de um aumento de cerca de 5000 lugares desde 2006.

***Evolução da Taxa de cobertura das respostas Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência,** Continente 2006-2013[1]*



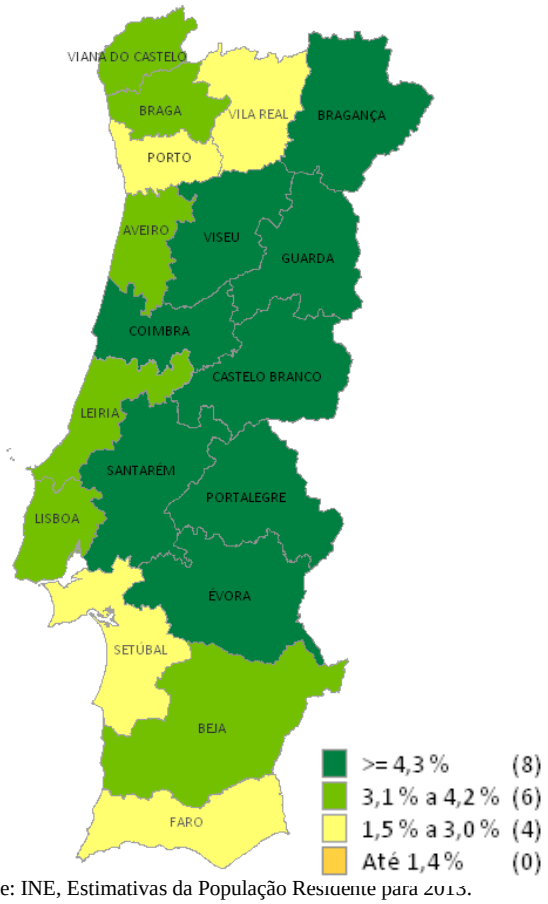

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.
[1]Série revista

A taxa de cobertura das principais respostas para esta população-alvo (Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência) fixou-se no ano de 2013 em 3,6 %, traduzindo um incremento, por referência a 2012, de 11 %, o que representou um aumento de cerca de 2030 lugares.

A nível distrital a cobertura de respostas em 2013 revela alguma dicotomia entre o litoral e o interior do país.

Do total de distritos do Continente, 12 registaram uma taxa de cobertura igual ou superior à taxa de cobertura média nacional (3,6 %).

***Taxa de cobertura das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência,*** *por distrito 2013*



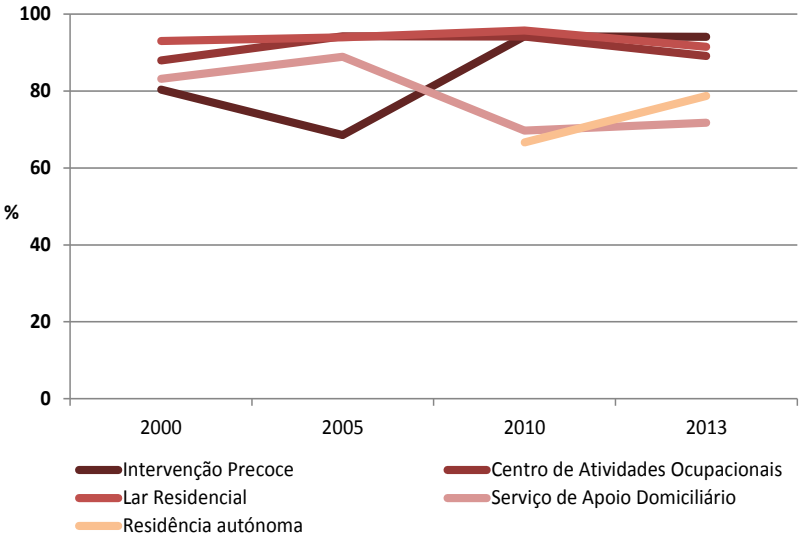

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

## *Taxa de utilização das respostas sociais*

No que diz respeito à utilização das respostas para esta população-alvo tem-se verificado alguma estabilização nos últimos anos, registando-se taxas acima dos 80 % para todas as respostas, à exceção do SAD e Residência Autónoma.

As respostas Intervenção Precoce (94 %) e Lar Residencial (91 %) apresentam em 2013 as taxas de utilização mais elevadas. De salientar, ainda o crescimento da utilização da resposta Residência Autónoma fixando-se em 2013 nos 79 %.

***Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência,*** *Continente 2000-2013*

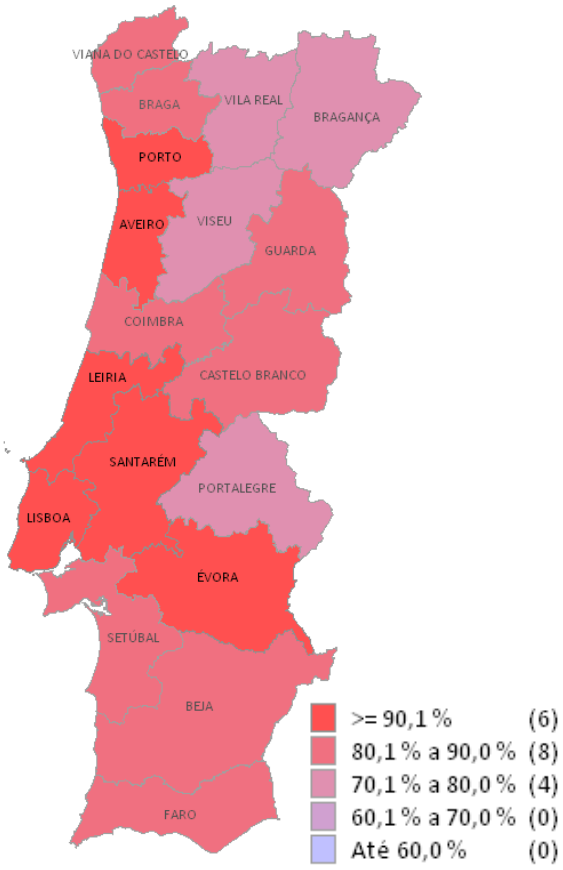



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

À semelhança da taxa de cobertura, a taxa de utilização das principais respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência apresenta algumas diferenças ao longo do território continental, fixando-se numa taxa de utilização média de 90 % em 2013.

A totalidade dos distritos do Continente apresenta uma taxa de utilização acima dos 70 %, sendo que 14 distritos registam valores superiores a 80 %.

***Taxa de utilização das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência**, por distrito 2013*



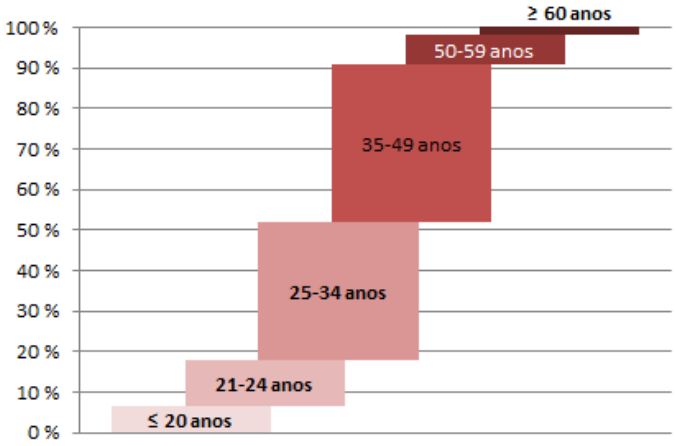

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Caraterização dos utentes das respostas para pessoas com deficiência*

*Utentes por escalão etário e género*

Do total de utentes que frequentavam a resposta CAO em 2013, verifica-se que 52 % tinha até 34 anos de idade, dos quais cerca de 18 % tinha até 24 anos. Por outro lado, o escalão dos 35-49 anos é o que tem maior peso (39 %), o que revela a frequência expressiva desta resposta pelos utentes durante a idade adulta.

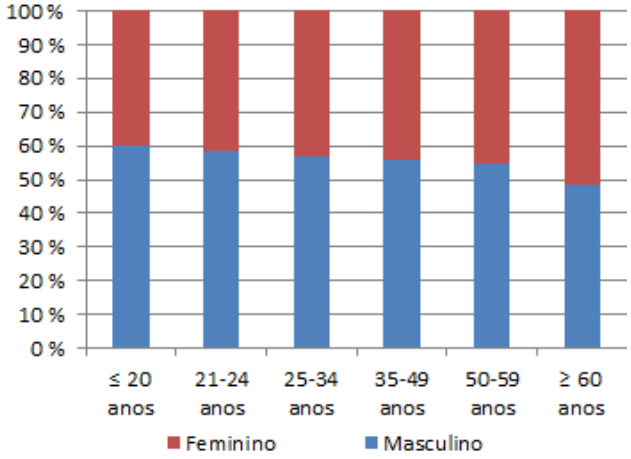
***Distribuição percentual dos utentes em CAO, por escalão etário,** Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

É de salientar, ainda, à semelhança dos anos anteriores, um maior peso do género masculino no total de utentes em CAO, contudo mais notório nos escalões mais jovens.

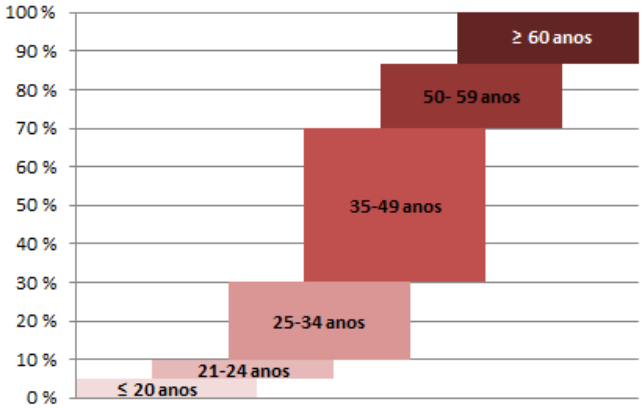
***Distribuição percentual dos utentes em CAO, por escalão etário e género,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

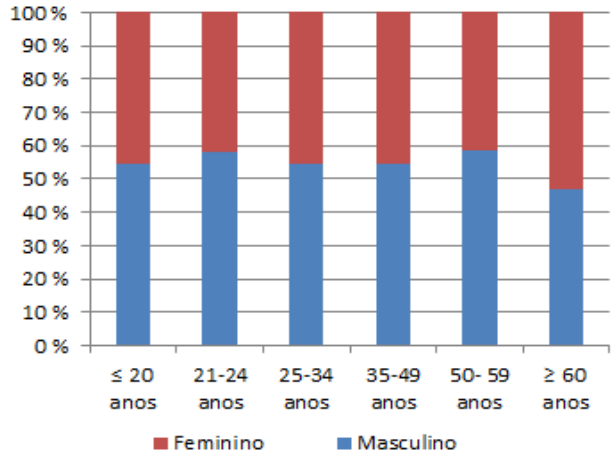
Quanto ao Lar Residencial, o escalão dos 35-49 anos constitui-se, também, como o mais representativo (40 %) e se somados os utentes entre os 50 e os 59 anos e os utentes com idade igual ou superior a 60 anos, é notória a prevalência de uma população mais envelhecida, por comparação à resposta CAO.

***Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por escalão etário,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por escalão etário e género,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A nível de género, do total de utentes que frequentavam a resposta Lar Residencial, apesar de se verificar na maioria dos escalões um número mais elevado de utentes do sexo masculino em 2013, o peso de homens e mulheres é de algum modo equilibrado (54 % homens e 46 % mulheres).

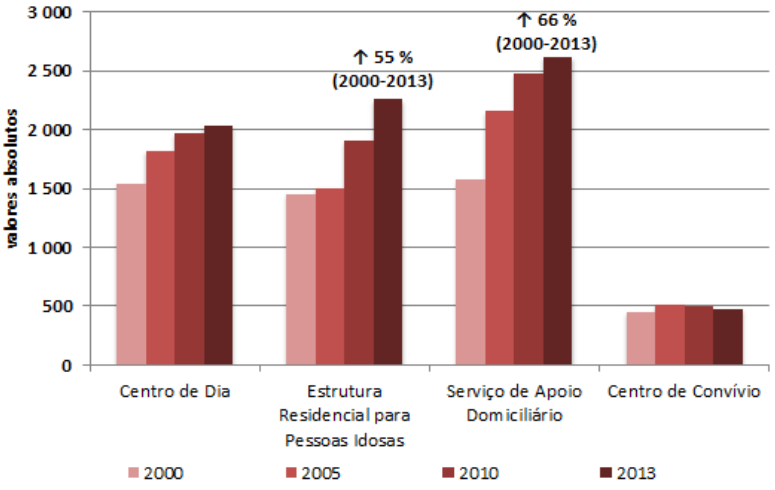
## 3.3 - Pessoas Idosas

### *Respostas sociais e capacidades*

As respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas às pessoas idosas evidenciam no período 2000-2013 um desenvolvimento notório (47 %), o que se traduz em mais 2300 novas respostas desde 2000. À semelhança dos anos anteriores, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui a resposta que tem revelado o maior crescimento (66 %) no âmbito deste grupo-alvo, seguindo-se a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)[2] (55 %) e o Centro de Dia (32 %).

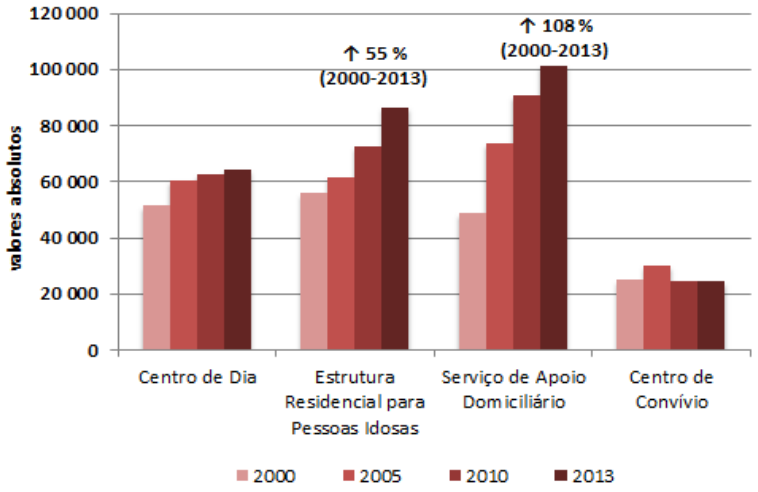
A capacidade das respostas para as Pessoas Idosas tem evidenciado, igualmente, um aumento significativo (53 %) desde 2000, refletindo um incremento superior a 95 700 novos lugares, dos quais 52 700 lugares em SAD. Esta resposta destaca-se neste conjunto, apresentando um crescimento de 108 % entre 2000 e 2013, o que confirma a sua importância na prestação de cuidados à população idosa.

***Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas,*** *Continente 2000-2013*



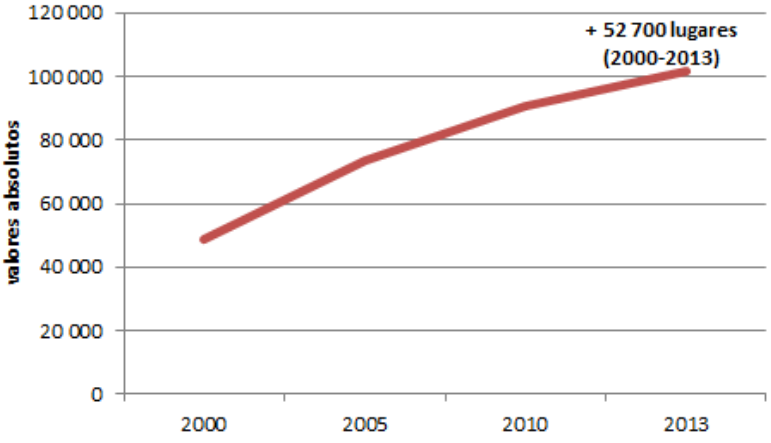

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da capacidade da resposta social SAD,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

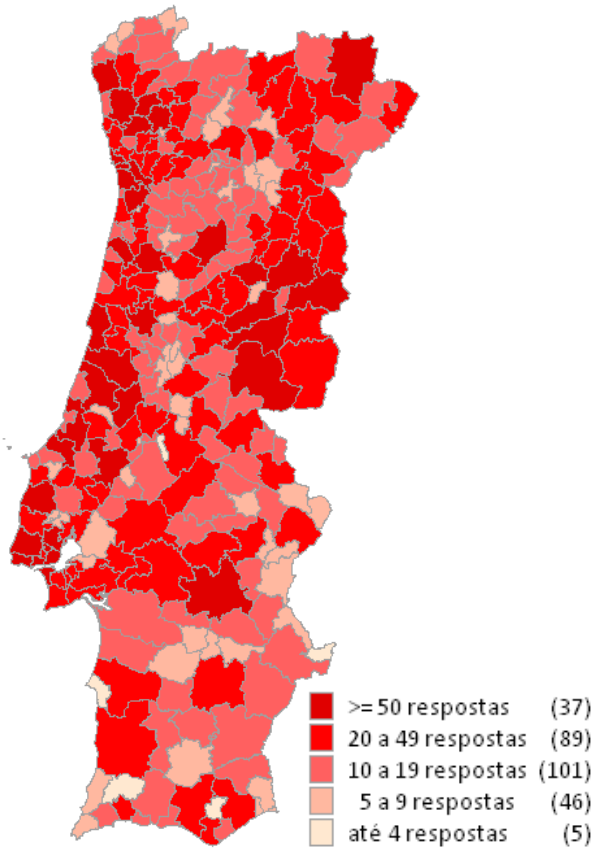
[2] Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de Março.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por concelho*

As respostas sociais dirigidas à população idosa encontram-se disseminadas por todo o território continental. Em 2013, do total de concelhos do Continente (278), 227 tinha 10 ou mais respostas em funcionamento dirigidas a esta população.

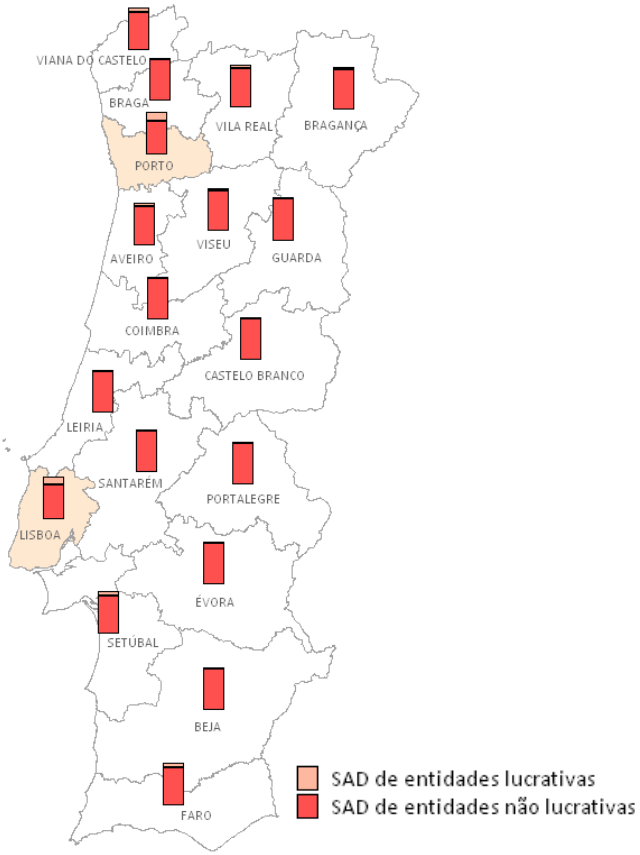
Quanto à natureza jurídica da entidade proprietária destes equipamentos, a oferta de SAD provém principalmente de entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária, ainda que nos distritos de Lisboa e Porto o peso da rede lucrativa seja já superior a 20 % do total. Relativamente à resposta ERPI, ainda que as entidades da rede solidária sejam as principais provedoras deste serviço, as entidades lucrativas representam também já mais de 20 % da oferta em 8 distritos.

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Idosas**, por concelho 2013*



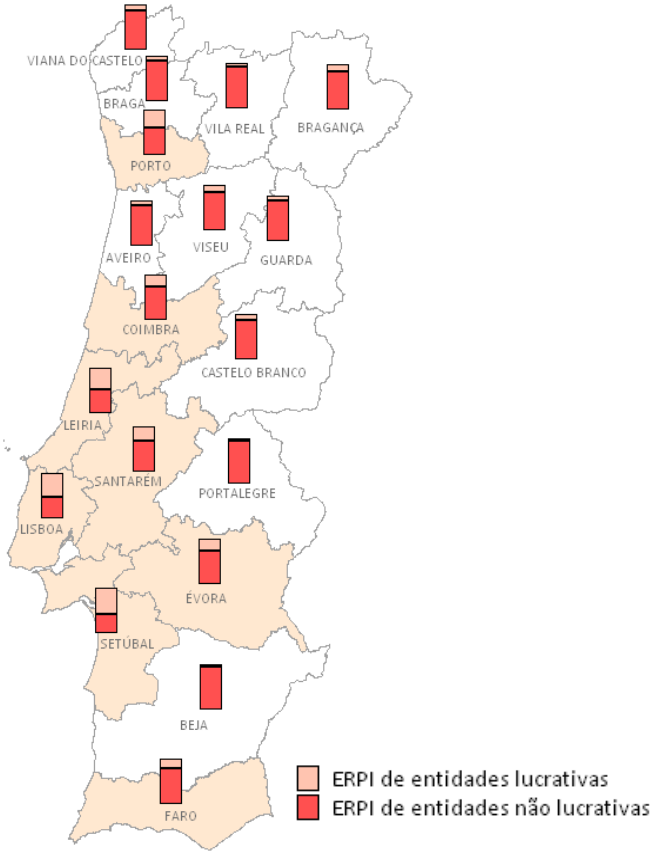

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária** e distrito 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária** e distrito 2013*



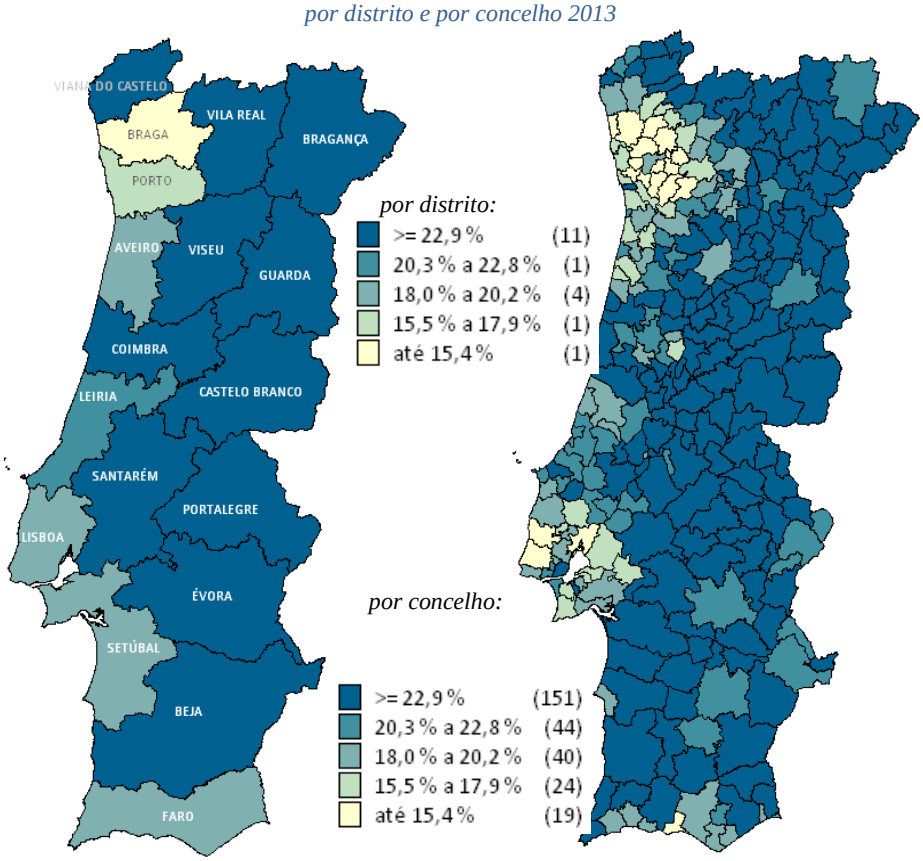

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Proporção da oferta de serviços e equipamentos para as pessoas idosas, relativamente à população idosa residente (≥ 65 anos)*

O peso da população com 65 ou mais anos tem-se intensificado nos últimos anos por todo o território continental.

Ainda que se evidenciem assimetrias entre as regiões do interior e do litoral do país, é de destacar que 11 dos 18 distritos do território continental (a nível concelhio 195 dos 278 concelhos) apresentavam em 2013 um peso de população com 65 ou mais anos superior à média do Continente (20,2 %).

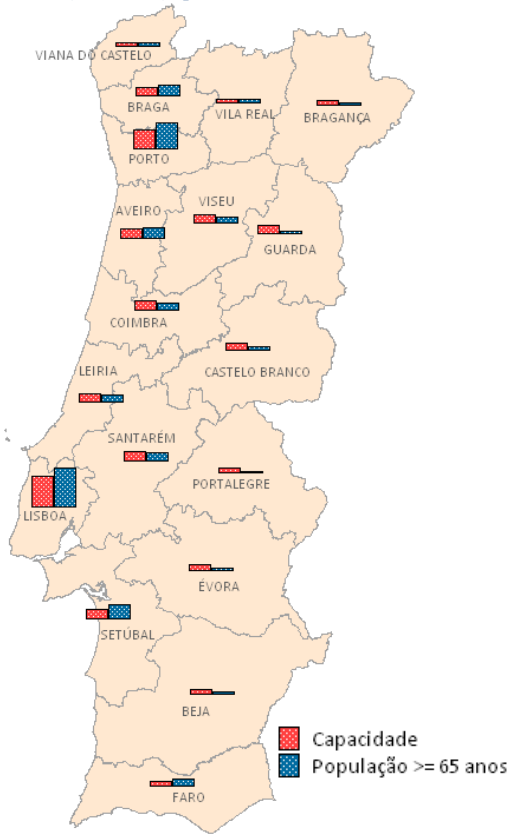
***Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total**, por distrito e por concelho 2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2013.

O crescente envelhecimento da população idosa coloca em evidência a procura acrescida de respostas de apoio a este grupo-alvo. Da relação entre a distribuição da oferta de lugares nas respostas dirigidas a esta população e a distribuição da população com ≥65 anos por distrito destaca-se um saldo positivo na maioria dos distritos a favor da oferta. As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto uma vez que registam, em termos absolutos, um maior número de pessoas idosas, apresentam uma maior procura em relação à capacidade disponível.

***Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (≥65 anos)**, por distrito 2013*

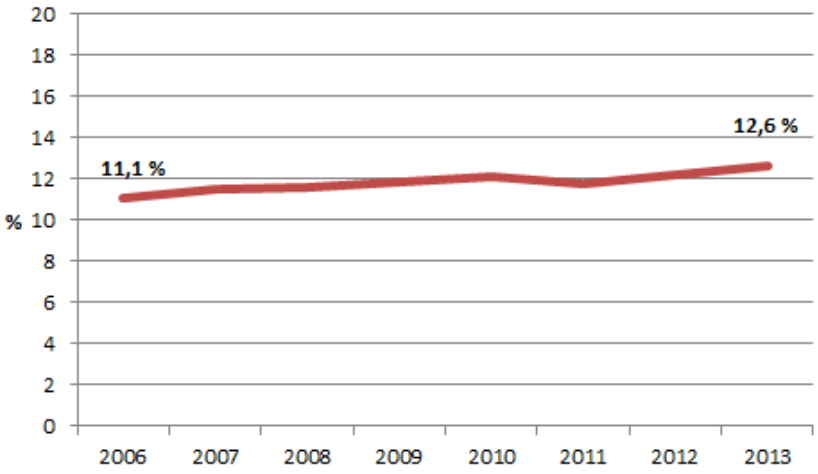



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

## *Taxa de cobertura das respostas sociais*

A cobertura de respostas sociais dirigidas à população idosa tem evoluído de forma positiva ao longo do período de análise (2006-2013), reflexo do aumento significativo do número de lugares disponíveis nas respostas para esta população. Contudo, atendendo à evolução demográfica e ao agravamento do peso da população ≥65 anos, o crescimento da taxa de cobertura tem decorrido de forma lenta.

***Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário,*** *Continente 2006-2013*

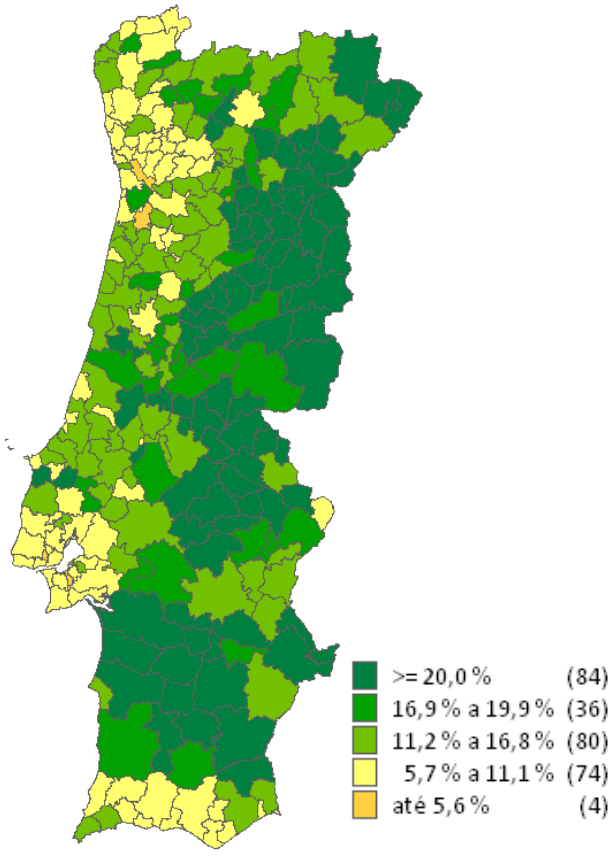



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

A taxa de cobertura média das principais respostas para este grupo-alvo situou-se nos 12,6 % em 2013, evidenciando um incremento de 14 % por referência a 2006. A distribuição territorial da cobertura denota, como ficou visível pela distribuição das respostas, alguma assimetria ao longo do território continental. Os concelhos do interior do país, com um peso mais elevado de idosos, registam uma cobertura superior à que é oferecida nos concelhos do litoral.

Em 2013, 179 concelhos em 278, registaram uma taxa de cobertura igual ou superior à média do Continente (12,6 %), dos quais 84 apresentaram uma taxa acima dos 20 %.

***Taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Residência e Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário,*** *por concelho 2013*




Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2013.
GEP-MSESS, Carta Social.

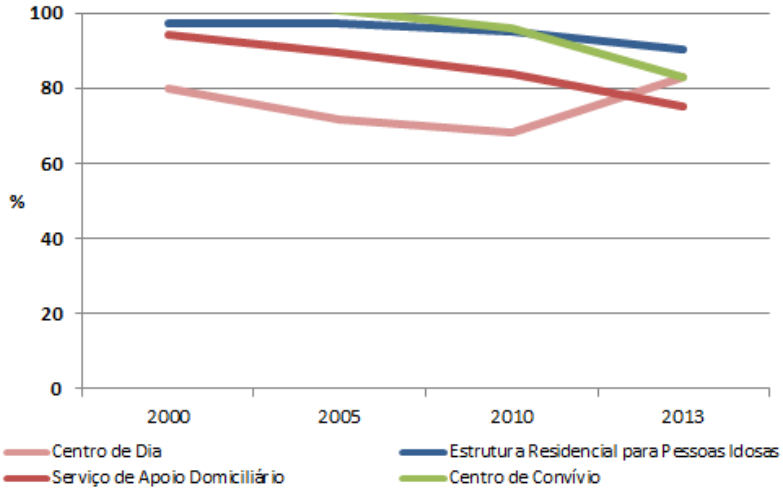
## *Taxa de utilização das respostas sociais*

A taxa de utilização das principais respostas para esta população tem evidenciado uma diminuição, facto que se poderá explicar pela situação económica e financeira de algumas famílias que optam por outras alternativas de apoio a familiares idosos.

Em 2013, a valência ERPI constituía a resposta com maior taxa de utilização (90,1 %), seguido pelo Centro de Dia (82,9 %) e Centro de Convívio (82,9 %). A resposta SAD, em virtude do elevado ritmo de crescimento da oferta nos últimos anos, não acompanhado pela procura, apresentava a taxa de utilização mais baixa (75,1 %) no conjunto destas respostas.

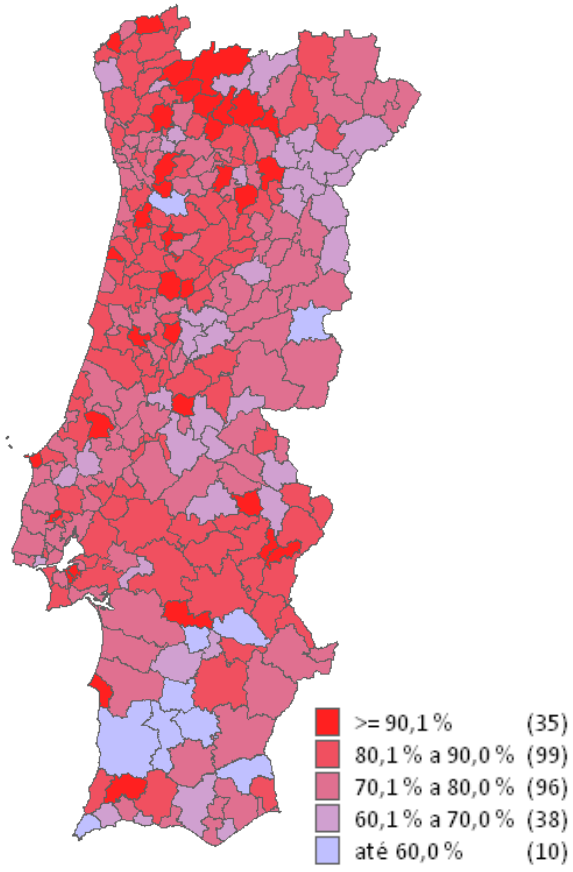
A taxa de utilização média das principais respostas para a população idosa em 2013 situou-se nos 78,1 %, observando-se alguma assimetria ao longo do território continental. É de salientar, todavia, uma predominância de taxas de utilização baixas nos concelhos do interior do país, devido a um aumento da capacidade não acompanhado pela procura.

***Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas**, Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

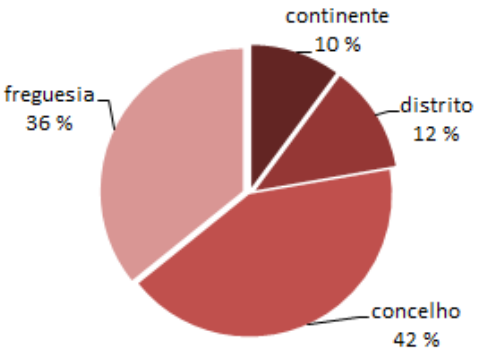
***Taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas**, por concelho 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

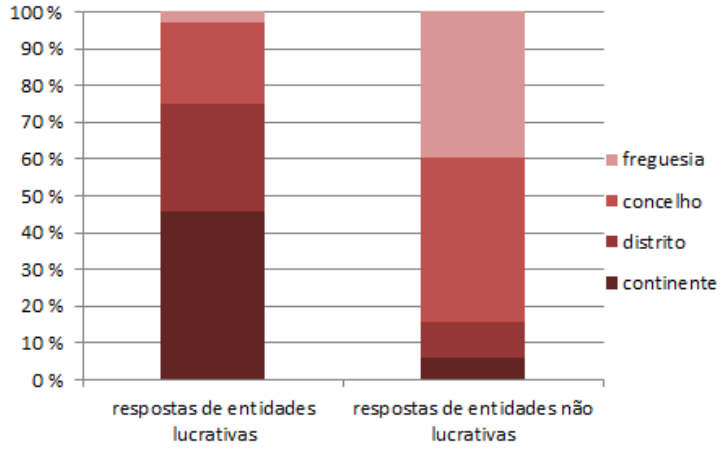
## *Funcionamento das respostas para as pessoas idosas*

***Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento,***
*Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social

***Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária,***
*Continente 2013*

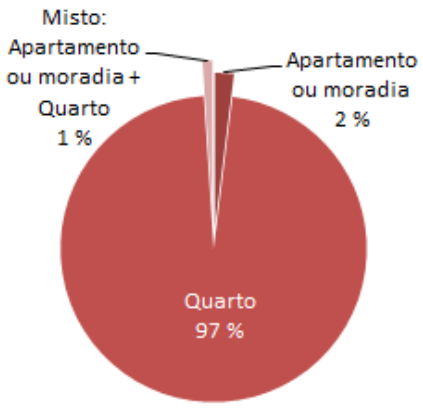



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

As respostas dirigidas às Pessoas Idosas recebiam em 2013 maioritariamente utentes do próprio concelho (42 %) e freguesia (36 %) de implantação do equipamento onde é desenvolvida a resposta. Na análise por tipo de entidade proprietária dos equipamentos, verifica-se contudo, que as entidades lucrativas recebem, sobretudo na resposta ERPI, utentes de várias zonas do país (cerca de 50 %), realidade com pouca expressão nos equipamentos de entidades não lucrativas.

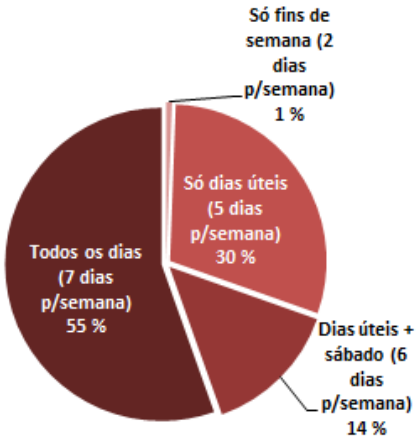
O alojamento em quarto constitui a modalidade de ERPI prevalente em 2013 (97 %). De referir, ainda assim, que 2 % do total de ERPI em funcionamento no Continente apresentam-se sob a forma de tipologias habitacionais, designadamente alojamento em apartamento ou moradia e 1 % prevê as duas modalidades de alojamento (em quarto e apartamento ou moradia).

***Distribuição percentual da resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) por modalidade de alojamento,***
*Continente 2013*



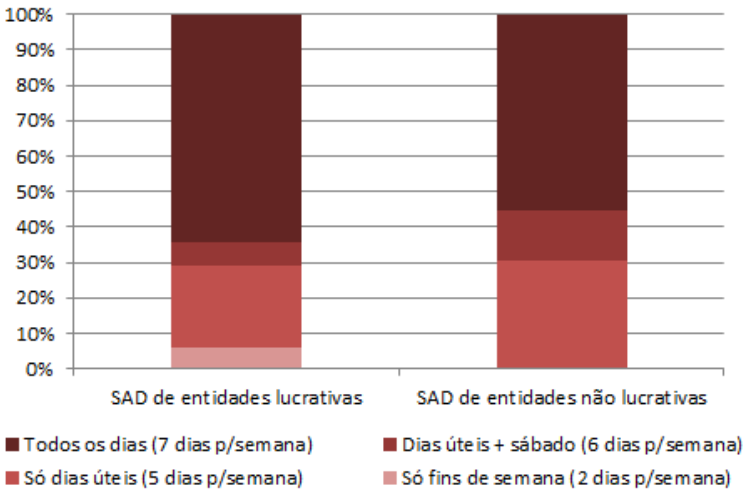

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária,*** *Continente 2013*



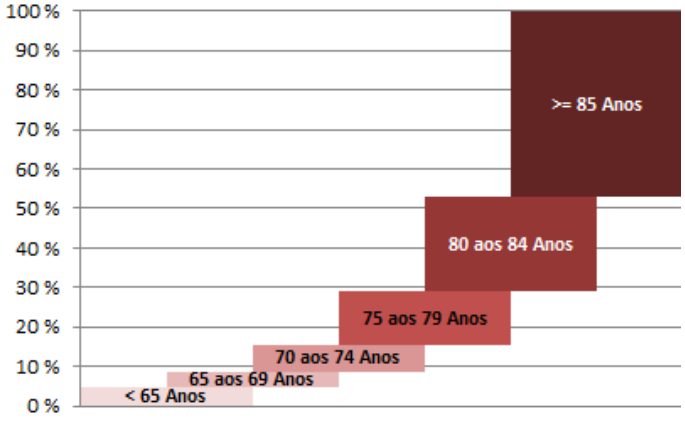

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

O período de funcionamento da resposta Serviço de Apoio Domiciliário tem vindo a ser alargado nos últimos anos, verificando-se que em mais de 50 % dos equipamentos, por referência a 2013, a resposta já é desenvolvida durante 7 dias por semana, o que evidencia uma maior oferta de serviços face ao aumento das necessidades dos utentes. Esta realidade é comum a todas as respostas de SAD, quer da rede lucrativa, quer das redes solidária e pública (entidades não lucrativas). De referir que a modalidade de funcionamento 7 dias por semana coexiste, geralmente, com outras modalidades (só dias úteis, dias úteis + sábado ou só fins de semana), uma vez que as necessidades e o nível de utilização dos serviços varia de utente para utente.

## *Caraterização dos utentes das respostas para as pessoas idosas*

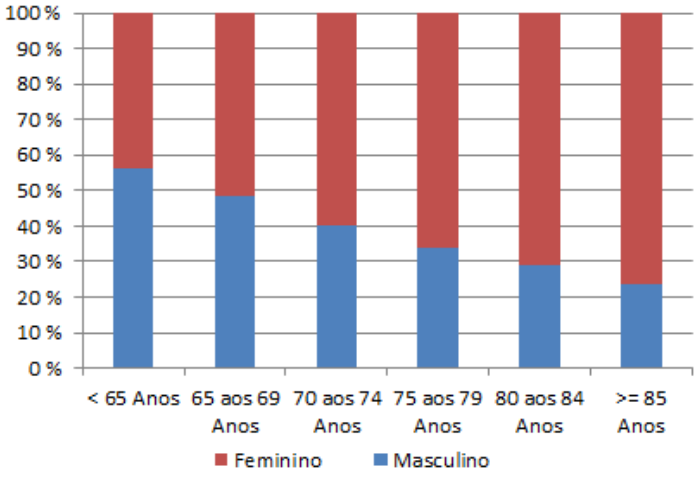
*Utentes por escalão etário e género*

***Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por escalão etário,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

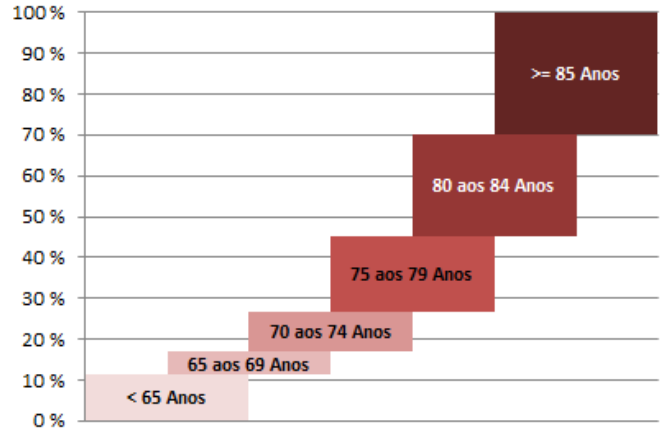
***Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por escalão etário e género,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

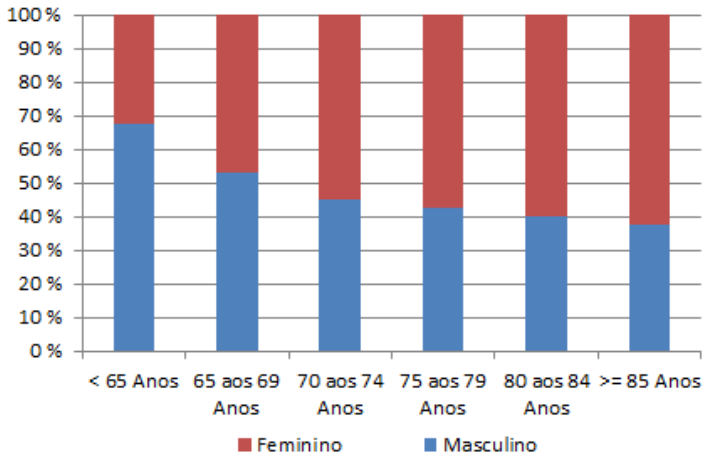
Do total de utentes que frequentava a resposta ERPI em 2013, 71 % tinha mais de 80 anos, 47 % dos quais tinha 85 ou mais anos, o que traduz uma institucionalização da população idosa em idades já bastante avançadas. Quanto ao género, a proporção de utentes do género feminino acentua-se com o aumento da idade.

***Distribuição percentual dos utentes em Serviço de Apoio Domiciliário por escalão etário,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

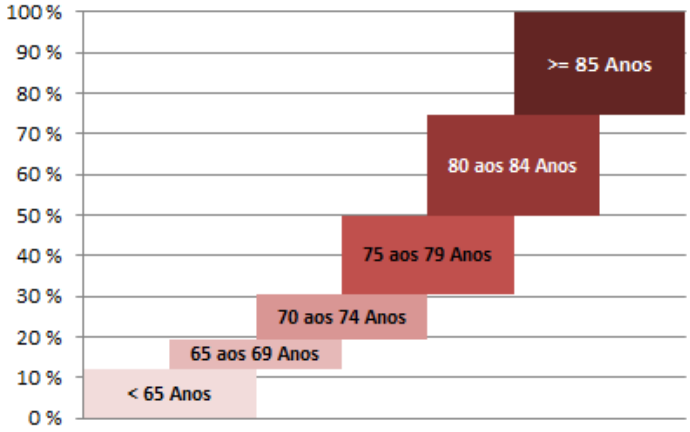
***Distribuição percentual dos utentes em Serviço de Apoio Domiciliário por escalão etário e género,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

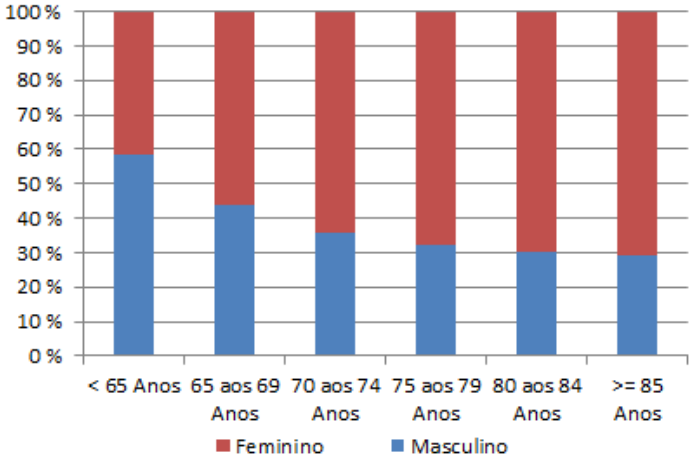
A população utilizadora da resposta SAD é composta igualmente, maioritariamente, por utentes com 80 ou mais anos (55 %), todavia os escalões etários abaixo dos 80 anos apresentam em conjunto uma representação bem mais significativa, por comparação à resposta ERPI, refletindo uma manutenção do idoso no seu espaço habitacional e no seu meio habitual de vida por mais anos. No que diz respeito à distribuição por género dos utentes em SAD, verifica-se a mesma tendência observada na resposta ERPI.

***Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por escalão etário, Continente 2013***




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por escalão etário e género, Continente 2013***




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

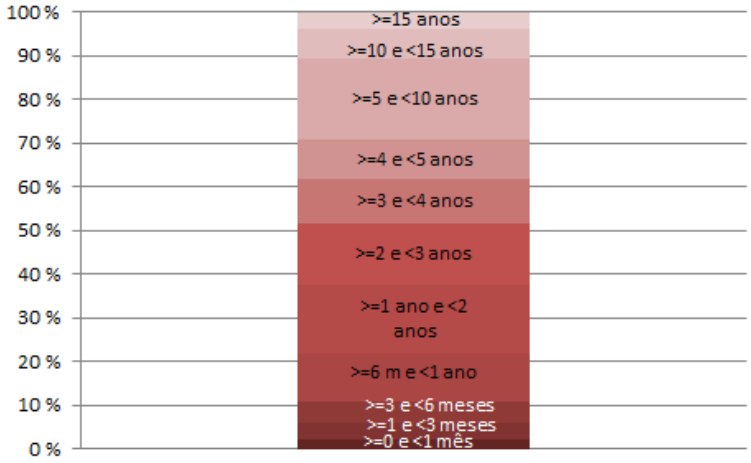
Relativamente aos utentes que frequentavam a resposta Centro de Dia em 2013, cerca de metade tinha até 80 anos de idade e pertencia ao género feminino. De referir, que apenas no escalão <65 anos se registam mais homens, uma vez que o peso das mulheres sobrepõe-se em todos os outros escalões etários no conjunto das respostas sociais dirigidas às Pessoas Idosas.

*Utentes por tempo de permanência*

Na análise do tempo de permanência dos utentes na resposta ERPI é notório o peso das estadias prolongadas nesta resposta, verificando-se que cerca de 50 % dos utentes mantém-se na resposta ERPI por mais de 3 anos.

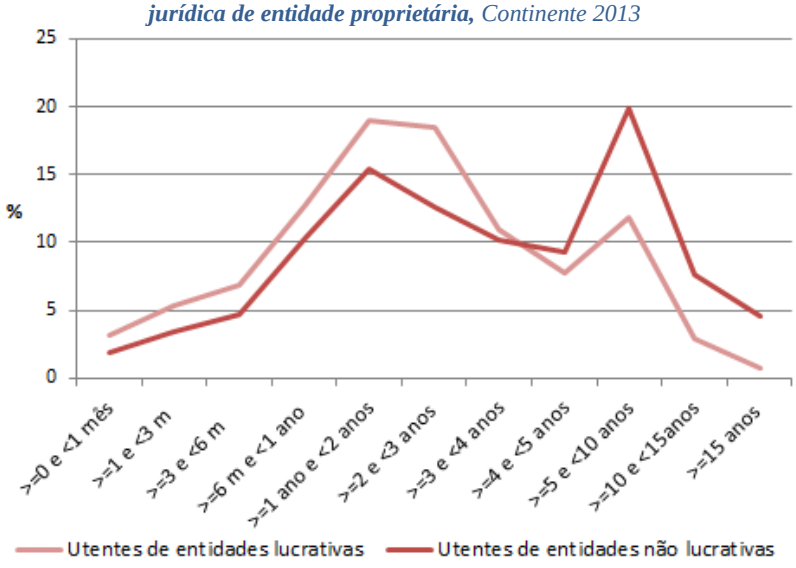
As estadias de curta duração, mais frequentes nas respostas de equipamentos de entidades não lucrativas (66 % até 3 anos), representam, ainda assim, cerca de 50 % do total, das quais cerca de 22 % correspondem a uma permanência até um ano apenas. Esta situação poderá indiciar, entre vários fatores, a não adaptação do idoso no primeiro ano de estadia, preferência/necessidade de mudança de equipamento, ou a entrada do idoso em ERPI numa idade já avançada.

***Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

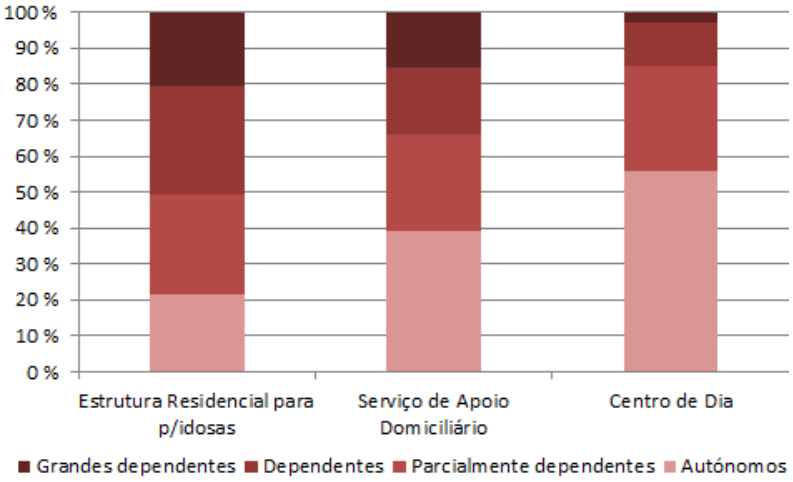
***Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta e natureza jurídica de entidade proprietária,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

*Utentes por grau de dependência*

***Distribuição percentual dos utentes em respostas para as Pessoas Idosas por grau de dependência,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

O grau de dependência dos utentes das respostas dirigidas à população idosa difere de resposta para resposta, em função das idades dos utilizadores e das suas necessidades de apoio.

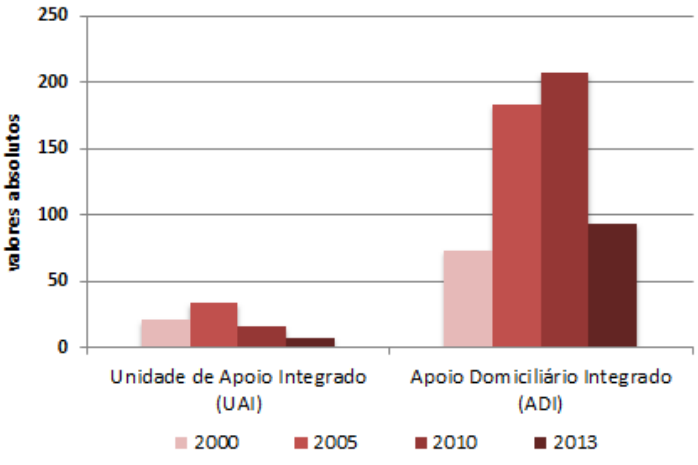
Se por um lado em ERPI, cerca de 80 % dos utentes apresenta alguma dependência, este valor desce para os 60 % em SAD. Por outro lado, a maioria dos utentes em Centro de Dia são autónomos (56 %).

## 3.4 - Pessoas em Situação de Dependência

*Respostas sociais e capacidades*

As respostas sociais dirigidas às pessoas em situação de dependência, em virtude do desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), foram sendo convertidas em novas unidades, razão pela qual se observa um decréscimo desde 2010.

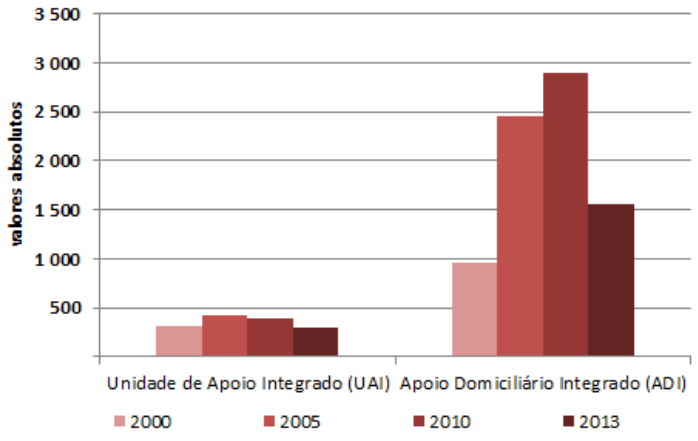
***Evolução das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência****, Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No que diz respeito à capacidade das respostas sociais direcionadas a este grupo-alvo, regista-se uma quebra do número de lugares desde 2010, à semelhança do número de respostas, sobretudo do Apoio Domiciliário Integrado (ADI).

***Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência****, Continente 2000-2013*



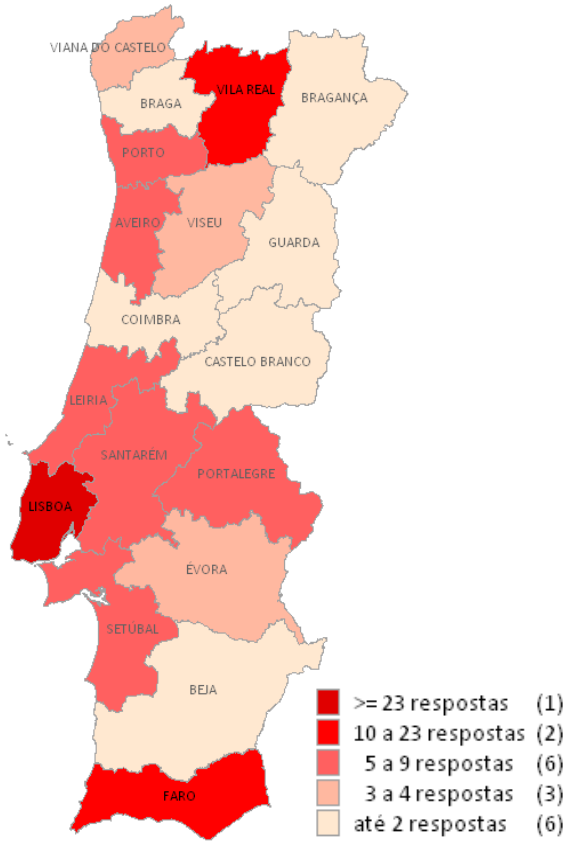

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por distrito*

A implantação territorial das respostas sociais para pessoas em situação de dependência evidencia alguma heterogeneidade ao longo do território continental.

Em 2013, os distritos de Lisboa, Vila Real e Faro dispunham de quase 50 % do total de respostas existentes para esta população, sendo que Lisboa registava mais de 23 respostas.

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, por distrito 2013***

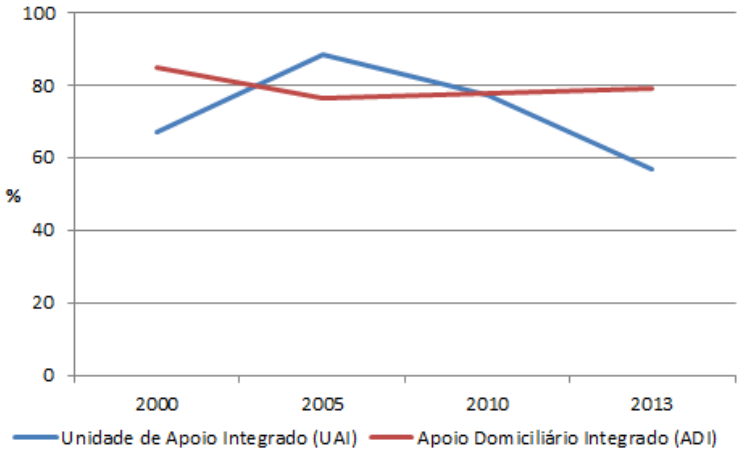



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Taxa de utilização das respostas sociais*

Embora as respostas para esta população-alvo se encontrem em decréscimo, em 2013 a taxa de utilização em ADI fixou-se em 79 %, o que revela que a procura por esta resposta se tem mantido.

***Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência**, Continente 2000-2013*

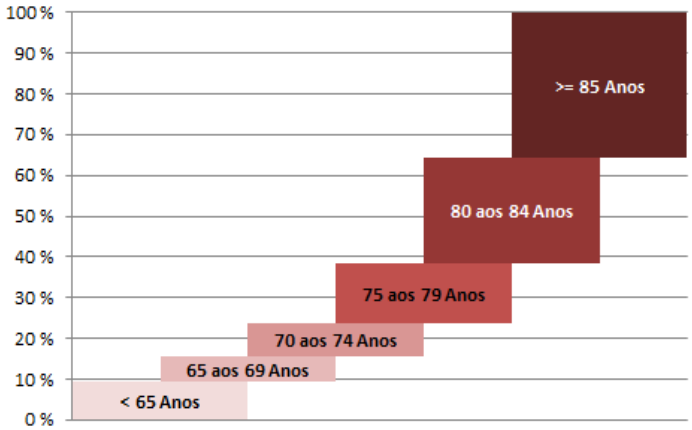



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Caracterização dos utentes das respostas para pessoas em situação de dependência, 2013*

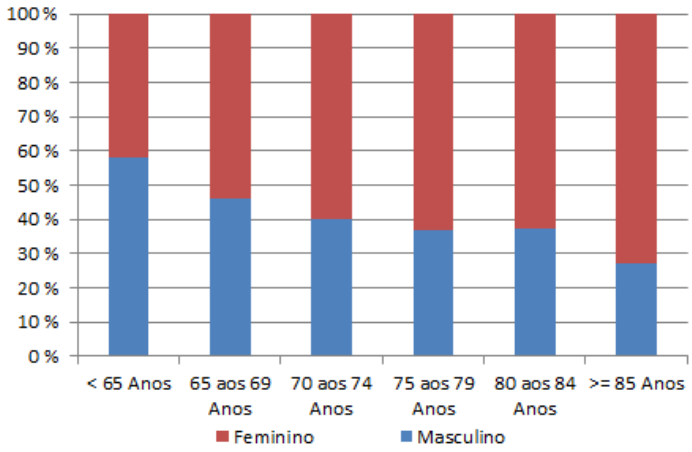
*Utentes por escalão etário e género*

***Distribuição percentual dos utentes das respostas para as Pessoas em Situação de Dependência por escalão etário,*** *Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual dos utentes das respostas para as Pessoas em Situação de Dependência por escalão etário e género,*** *Continente 2013*



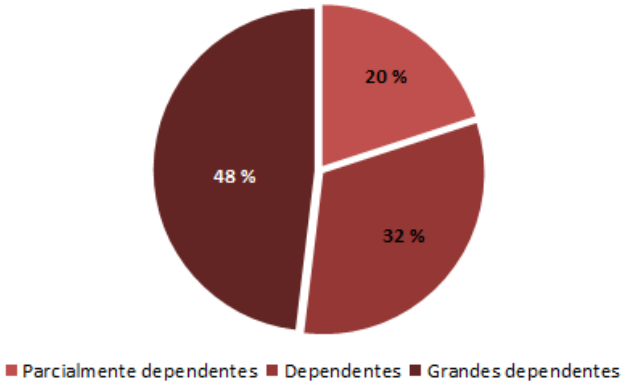

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Os utentes com mais de 80 anos de idade constituem 61 % do total de utentes a frequentar as respostas para a população em situação de dependência, o que coloca em evidência as necessidades crescentes dos idosos de idade muito avançada. O peso do género feminino tem, à semelhança das respostas para a população idosa, um peso expressivo, reflexo de uma população idosa também maioritariamente feminina.

*Utentes por grau de dependência*

Cerca de 48 % dos utentes destas respostas estão em situação de grande dependência, o que expressa a grande relevância destas valências ao assegurarem o apoio na prestação de cuidados em situações em que as famílias muitas vezes não têm capacidade para lhes prestar apoio.

***Distribuição percentual dos utentes das respostas para as Pessoas em Situação de Dependência por grau de dependência****, Continente 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## 3.5 - Família e Comunidade

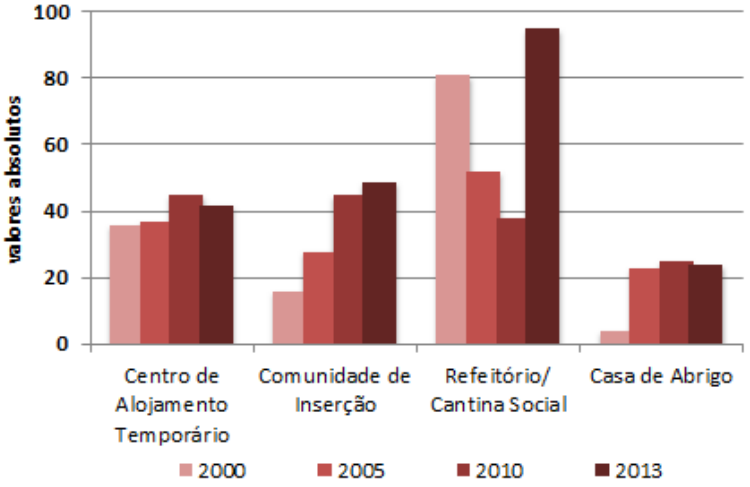
*Respostas sociais e capacidades*

As respostas destinadas à Família e Comunidade apresentam desde 2000 um desenvolvimento muito positivo (53 %), comprovando um aumento no apoio aos grupos mais vulneráveis.

A resposta Refeitório/Cantina Social, que ganhou um novo impulso através do Programa de Emergência Social (PES), regista um crescimento particularmente expressivo nos últimos anos, desempenhando um papel muito significativo no apoio à população mais desfavorecida.

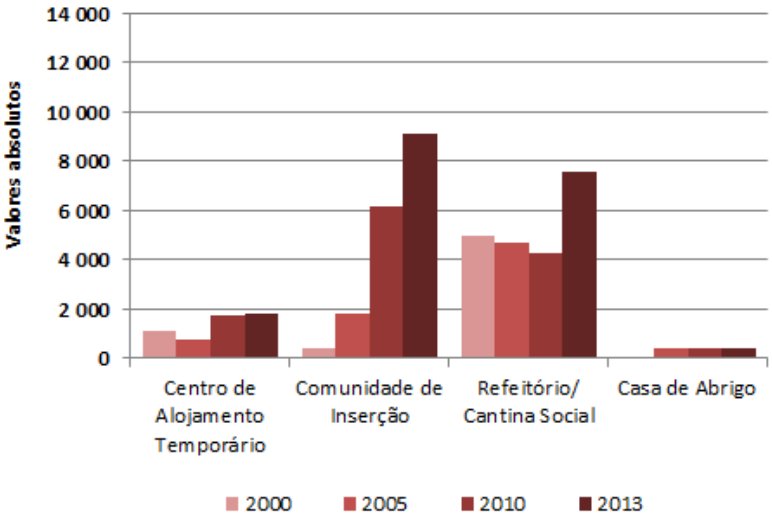
No que diz respeito à capacidade de resposta destes serviços, o Refeitório/Cantina Social e a Comunidade de Inserção destacam-se neste conjunto com um crescimento de 165 % por comparação ao ano de 2000.

***Evolução das respostas sociais para a Família e Comunidade,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade,*** *Continente 2000-2013*



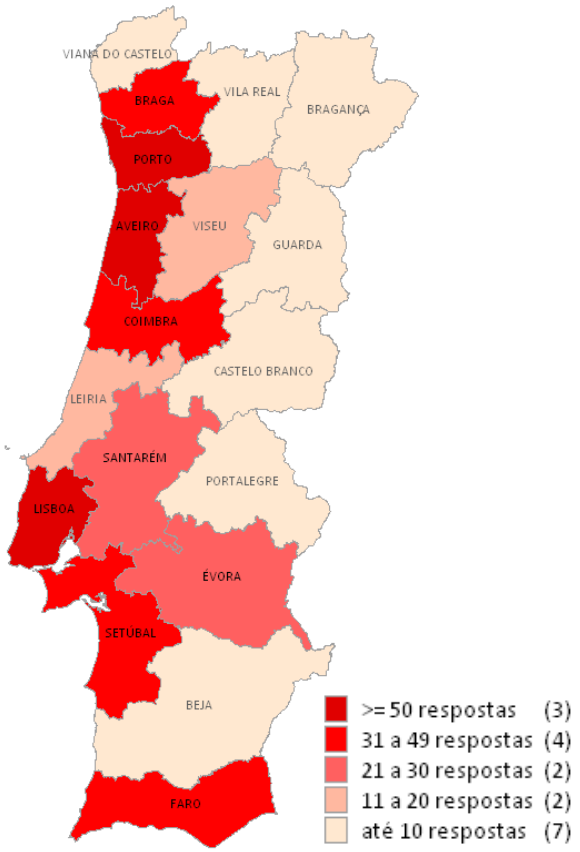

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por distrito*

A distribuição de respostas dirigidas à Família e Comunidade revela alguma assimetria no território continental.

Dos 18 distritos do Continente, 7, dispostos ao longo da faixa litoral, apresentam mais de 30 respostas cada para esta população-alvo. Lisboa, Aveiro e Porto constituem os distritos que registam uma maior implantação destas valências.

***Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por** distrito 2013*

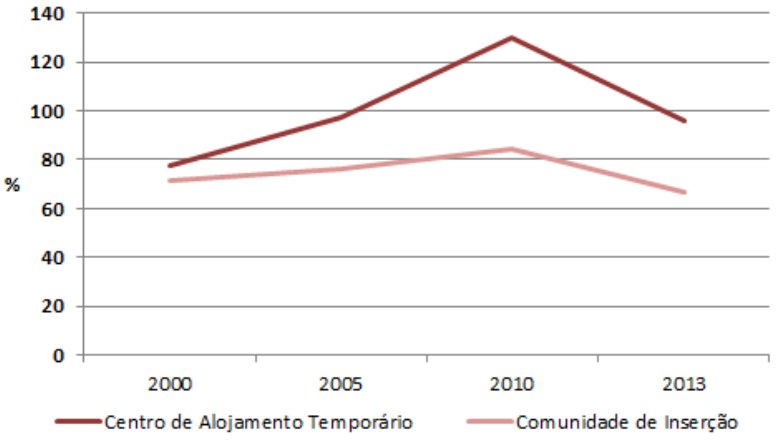



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Taxa de utilização das respostas sociais*

A utilização das respostas sociais para esta população-alvo, designadamente do Centro de Alojamento Temporário e Comunidade de Inserção, regista desde 2010 uma quebra, particularmente o Centro de Alojamento Temporário que depois de registar sobrelotação em 2010, encontra-se agora com maior ajustamento à capacidade instalada.

***Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade,** Continente 2000-2013*



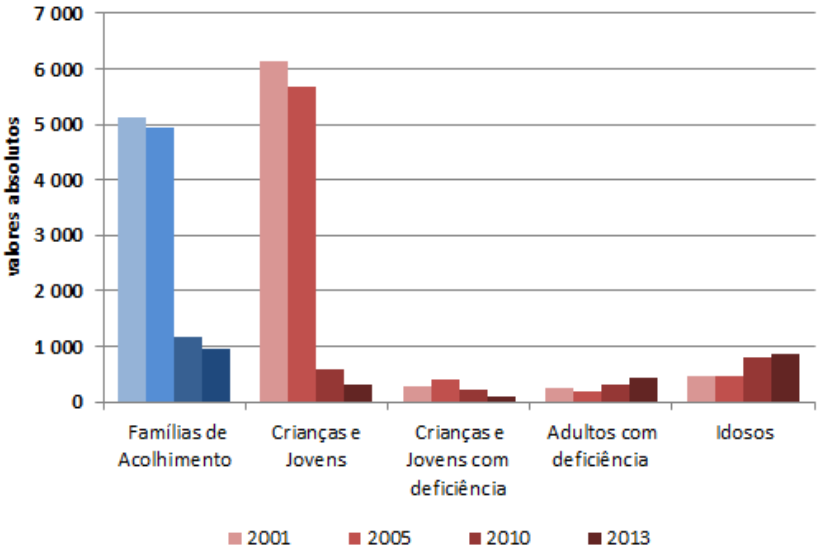

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *A resposta social Acolhimento Familiar*

Com a alteração da conceção de *acolhimento familiar*, o universo das famílias de acolhimento alterou-se significativamente desde 2008. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que regula o regime de aplicação do acolhimento familiar, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, apenas podem candidatar-se "[...] como famílias de acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adoção".

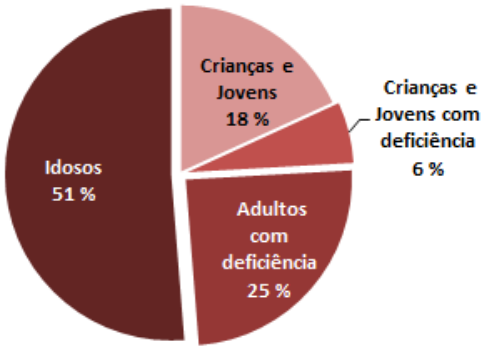
O número de famílias de acolhimento apresentou em 2013 uma diminuição de 4 %, por referência a 2012, enquanto o total das pessoas acolhidas decresceu 5,5 %. À semelhança dos anos anteriores, o número médio de pessoas acolhidas por família manteve-se em 1,8.

***Evolução do número de famílias de acolhimento e de pessoas acolhidas por grupo-alvo,*** *Continente 2001-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo,*** *Continente 2013*



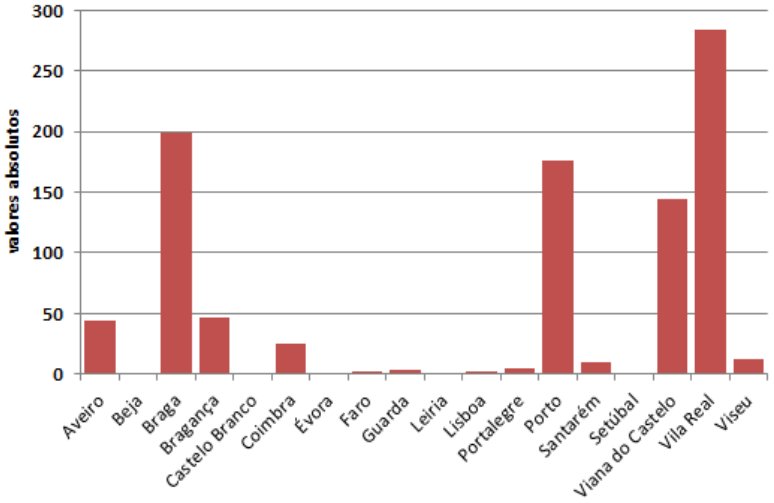

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

O grupo dos idosos, que tem registado um crescimento muito positivo desde 2001 (92 %), representa desde a alteração da legislação em 2008, o grupo com maior peso no universo de pessoas acolhidas. Deste modo, em 2013, 51 % das pessoas acolhidas tinha mais de 65 anos, seguidas pelas pessoas com deficiência (31 %) e as crianças e jovens (18 %).

A distribuição territorial do número de famílias de acolhimento evidencia alguma assimetria no Continente.

Em 2013, embora quase todos os distritos apresentem esta resposta, à exceção de Beja, Castelo Branco e Setúbal, o acolhimento familiar encontra maior expressão nos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, concentrando entre si 83 % do total de famílias.

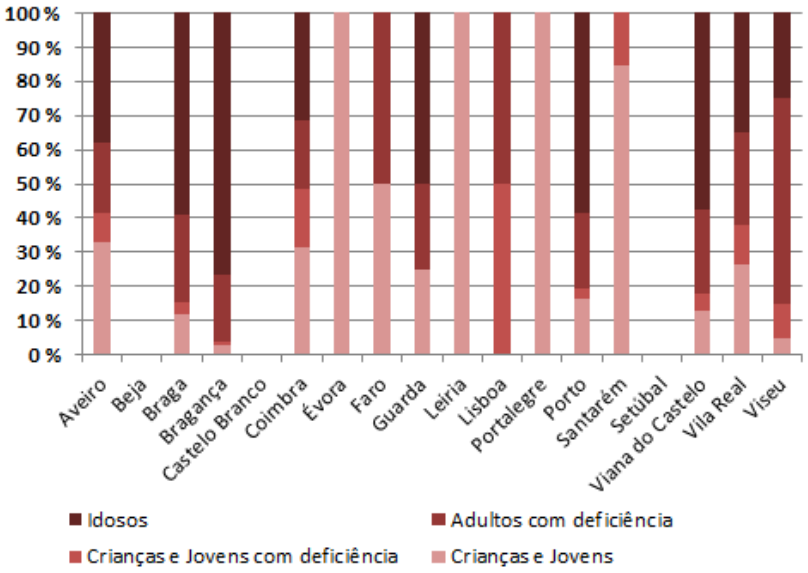
*Distribuição das Famílias de Acolhimento*
*por distrito, 2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Relativamente aos grupos-alvo acolhidos, dos 15 distritos com esta resposta, 9 acolhem idosos, sendo que, em 8 o peso deste grupo é superior a 30 %. É de salientar, ainda, que em todos os distritos com acolhimento familiar (15) são acolhidas crianças e jovens (com ou sem deficiência).

*Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo,*
*por distrito, 2013*



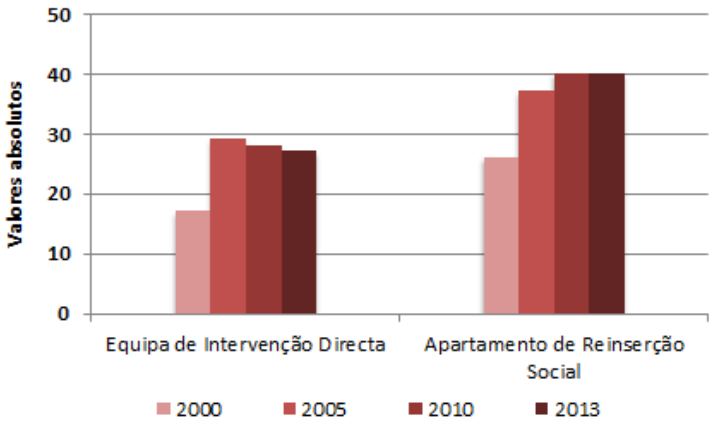

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## 3.6 - Pessoas Toxicodependentes

### Respostas sociais e capacidades

As respostas dirigidas às Pessoas Toxicodependentes registaram entre 2000 e 2013 um desenvolvimento importante (56 %), embora se encontrem num período de estabilização nos últimos anos.

*Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes,*
*Continente 2000-2013*

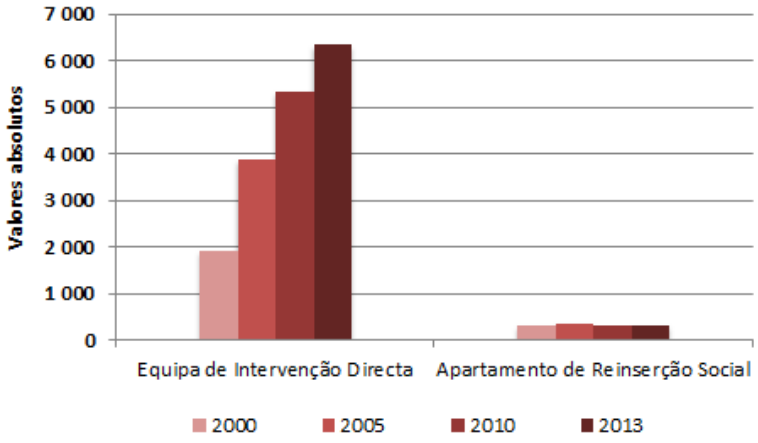



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A capacidade das respostas para este grupo-alvo tem acompanhado o desenvolvimento do número de respostas sociais, todavia é de destacar o aumento expressivo da capacidade de apoio das Equipas de Intervenção Direta entre 2000 e 2013.

Ainda que registe um incremento mais subtil, a resposta Apartamento de Reinserção Social revela um acréscimo de 3 % desde 2000.

***Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes,*** *Continente 2000-2013*



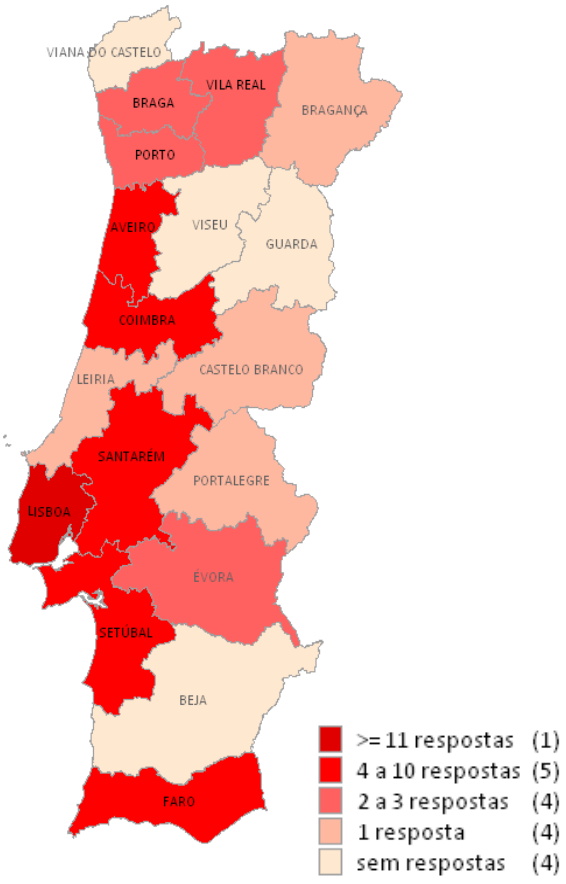

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por distrito*

A distribuição de respostas sociais dirigidas às Pessoas Toxicodependentes no território continental evidencia alguma discrepância. Os distritos dispostos ao longo da faixa litoral reúnem a maioria das respostas para esta população, sendo que Lisboa concentra 36 % do total de respostas.

Os distritos de Viana do Castelo, Viseu, Guarda e Beja continuam a não ter implantada qualquer valência.

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes,*** *por distrito 2013*



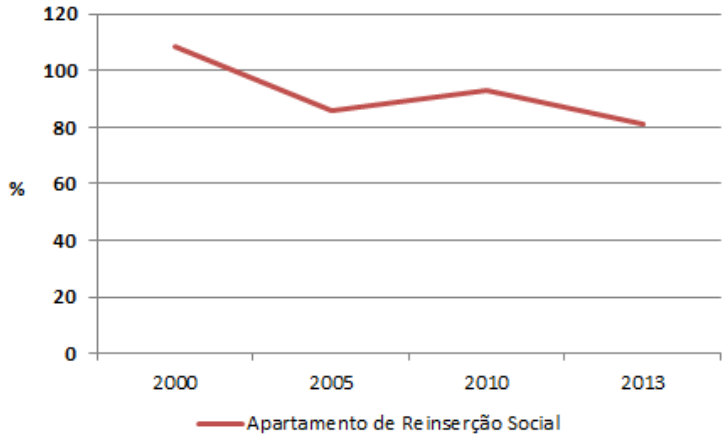

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

*Taxa de utilização das respostas sociais*

A taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social tem-se mantido, em linha com os anos anteriores, acima dos 80 %.

Em 2013, a taxa de utilização desta resposta estabeleceu-se nos 81 %, traduzindo uma diminuição face a 2012.

***Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social,***
*Continente 2000-2013*



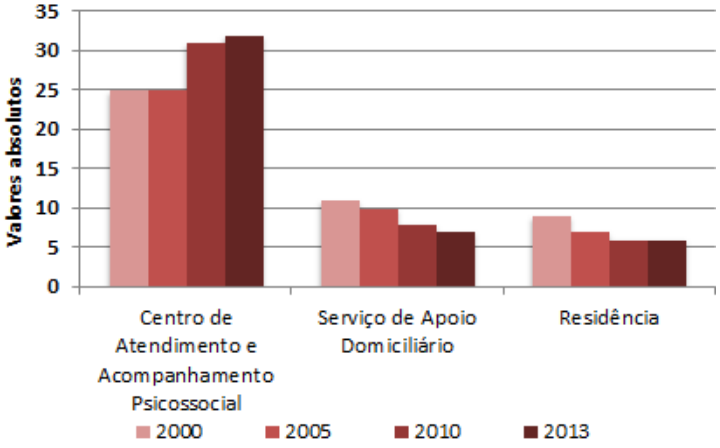

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## 3.7 - Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

*Respostas sociais e capacidades*

As respostas do âmbito da RSES, que se dirigem às Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida revelam poucas alterações nos últimos anos, verificando-se, ainda assim, um crescimento dos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial desde 2000 (28 %).

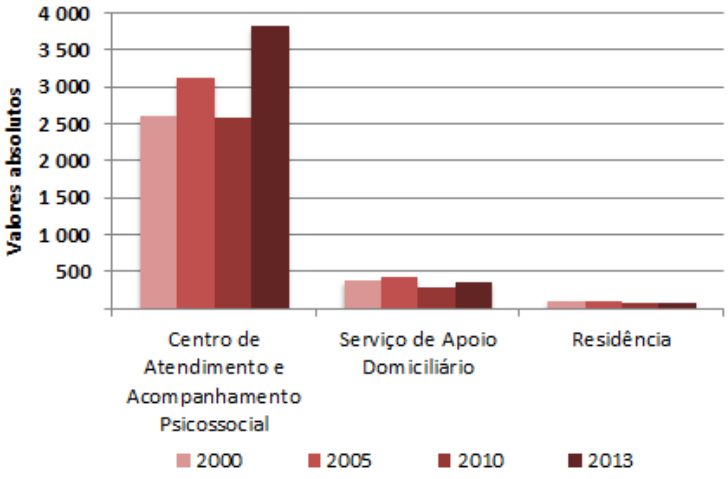
***Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias,***
*Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A par do número de respostas sociais, a capacidade das respostas dirigidas a este grupo tem evidenciado um desenvolvimento positivo, destacando-se o crescimento da capacidade de apoio do Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (46 %) no período em análise (2000-2013).

***Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias,***
*Continente 2000-2013*



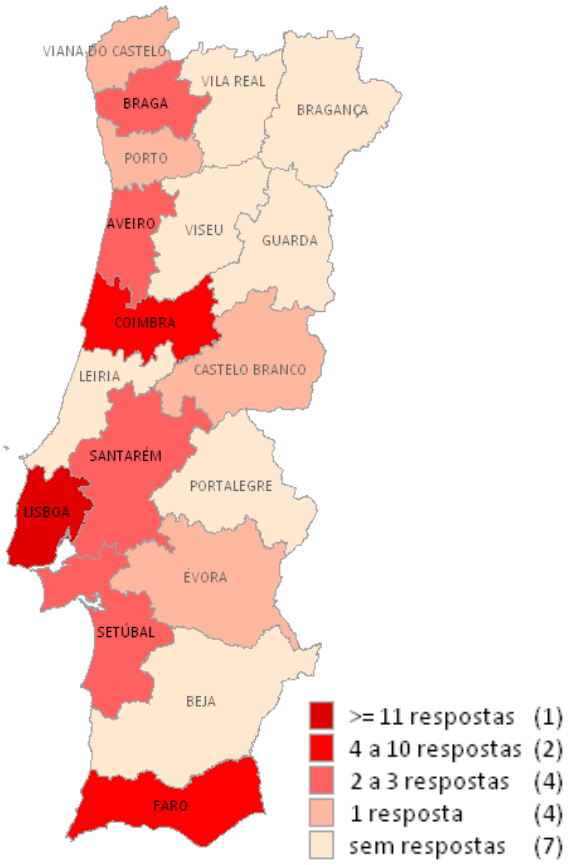

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por distrito*

A implantação no território continental de respostas destinadas às Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA tem-se efetuado sobretudo nos distritos ao longo da faixa litoral.

É de salientar, contudo, que do total de distritos do continente, 11 apresentam respostas para esta população, embora Lisboa concentre cerca de 50 % da oferta.

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias,***
*por distrito 2013*



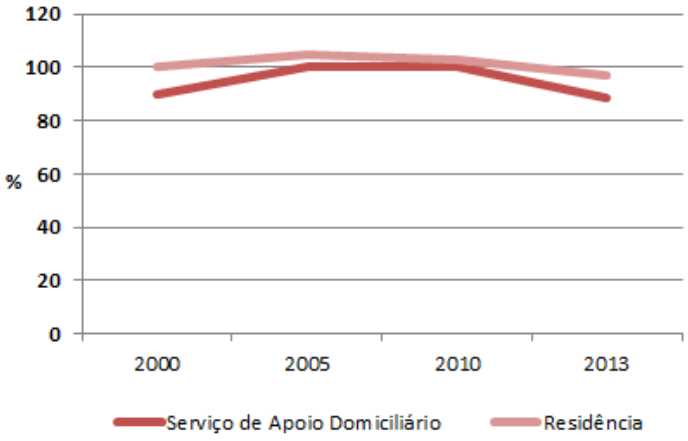

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Taxa de utilização das respostas sociais*

Os elevados níveis de utilização que caraterizam estas respostas têm-se mantido entre 2000-2013, traduzindo a procura por este tipo de serviços.

Em 2013, as residências para pessoas infetadas pelo VIH/SIDA apresentavam uma utilização de 97 %, enquanto a resposta SAD, 88 %.

***Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias,***
*Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

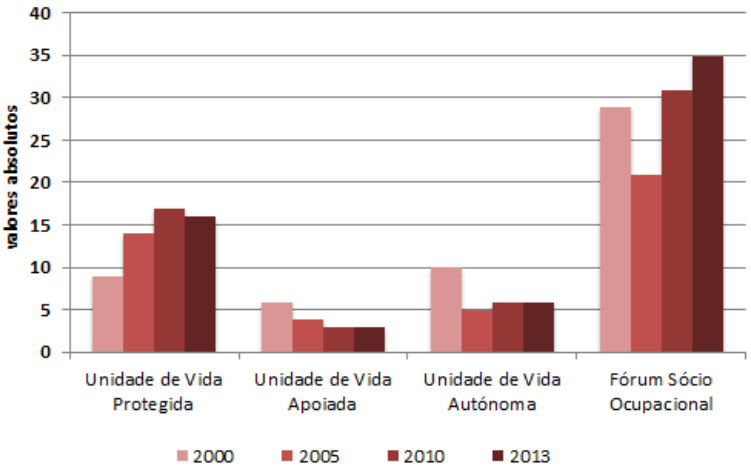
## 3.8 - Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

### *Respostas sociais e capacidades*

As respostas sociais direcionadas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico do âmbito da RSES, embora verifiquem oscilações entre 2000 e 2013, registam desde 2010 alguma estabilização. É de salientar, porém, o crescimento contínuo da resposta Fórum Sócio Ocupacional desde 2010 (67 %).

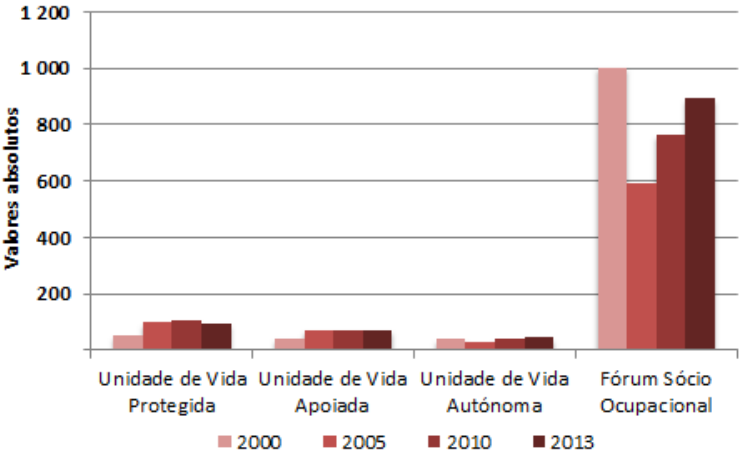
No que diz respeito à capacidade instalada, não se verificam grandes alterações na generalidade das respostas, à exceção do Fórum Sócio Ocupacional que regista, à semelhança do número de respostas, um incremento do número de lugares desde 2010 (51 %).

***Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico,***
*Continente 2000-2013*




Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

***Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico,***
*Continente 2000-2013*



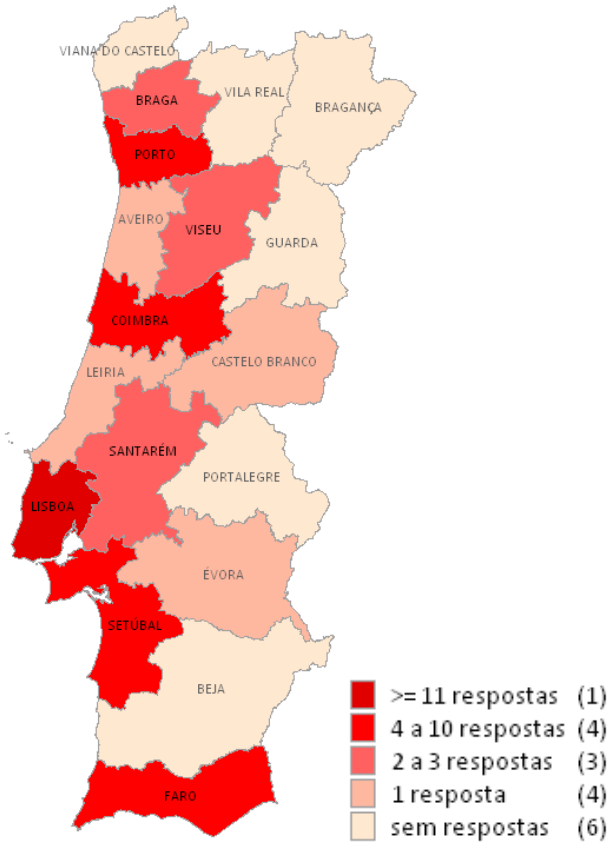

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Distribuição espacial das respostas sociais por distrito*

A distribuição de respostas sociais para este grupo-alvo denota algumas disparidades entre os distritos do litoral e interior.

Do 18 distritos do continente, 12 oferecem respostas para esta população-alvo, 5 dos quais apresentam 4 ou mais respostas (Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro).

***Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, por distrito 2013***



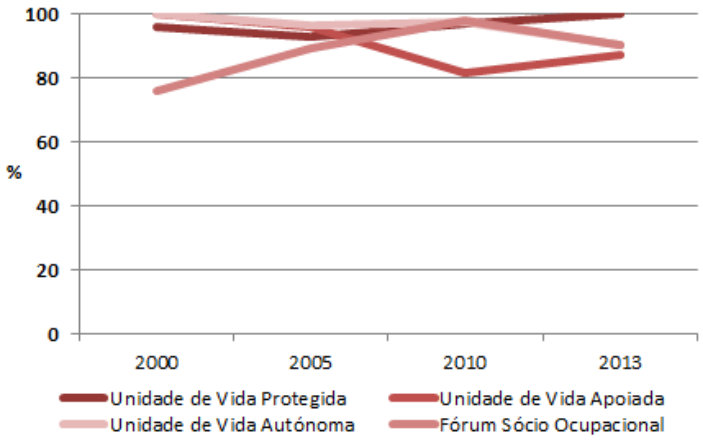

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## *Taxa de utilização das respostas sociais*

A utilização destas respostas tem-se caraterizado por elevados níveis de ocupação entre 2000 e 2013.

Em 2013, apenas a resposta Unidade de Vida Apoiada regista uma taxa de utilização abaixo dos 90 %.

***Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico,***
*Continente 2000-2013*



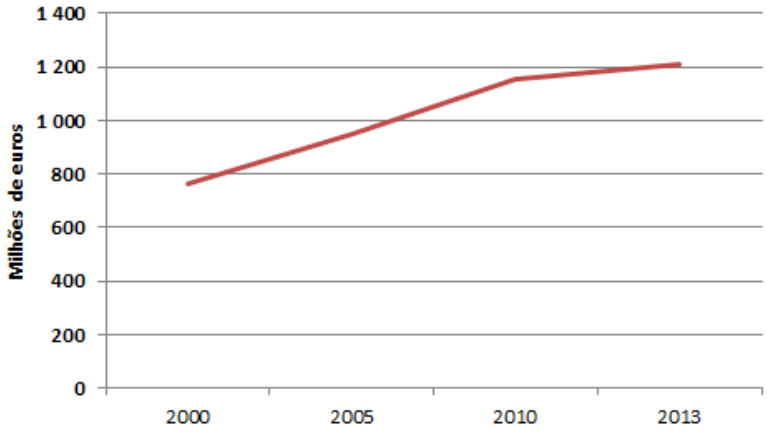

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

## 4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: esforço público

### *Despesa de funcionamento*[3]

O funcionamento das respostas que compõem a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) é suportado essencialmente com base nos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), pela comparticipação do utente e/ou do familiar e pelas receitas próprias das instituições.

***Evolução da despesa com acordos de cooperação,***
*Continente 2000-2013*



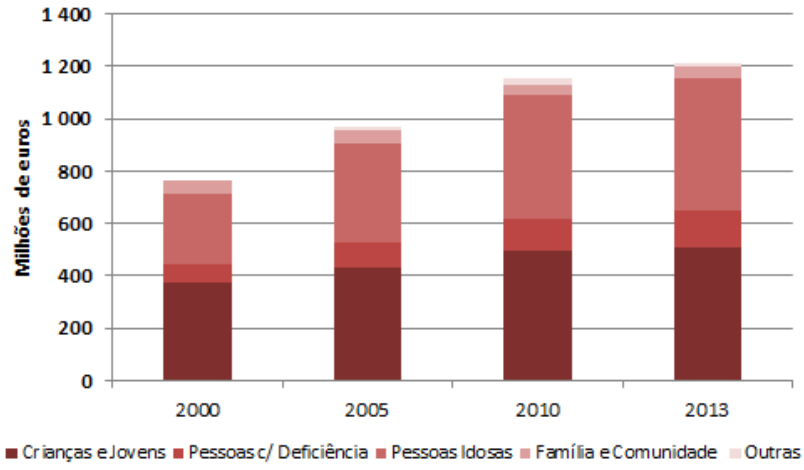

Fonte: MSESS-IGFSS, *Conta da Segurança Social*.

A despesa do Estado com acordos de cooperação tem apresentado ao longo do período em análise (2000-2013) um crescimento muito expressivo (58 %), refletindo o compromisso de atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

### *Despesas de funcionamento por população-alvo*

A despesa com as respostas dirigidas às Pessoas com Deficiência constituí a que tem apresentado o maior crescimento entre 2000 e 2013 (107 %), representando um encargo financeiro em 2013 de 12 % no total das despesas de funcionamento das respostas sociais.

***Evolução da despesa de funcionamento por população-alvo,***
*Continente 2000-2013*

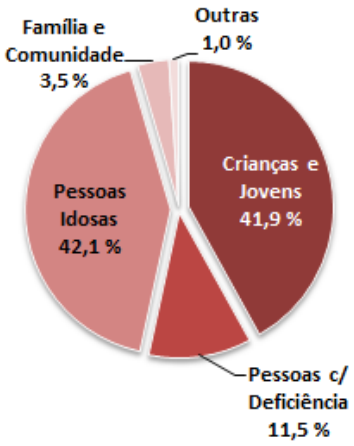



Fonte: MSESS-IGFSS, *Conta da Segurança Social*.

[3] Não inclui o valor da despesa relativa ao funcionamento dos estabelecimentos integrados.

Cerca de 84 % das despesas de funcionamento da RSES em 2013 respeitaram a respostas do âmbito do apoio às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas, o que demonstra a relevância destes grupos-alvo e o esforço crescente que tem sido realizado no apoio às crianças e aos idosos, particularmente no aumento do número de lugares.

***Distribuição percentual da despesa de funcionamento por população-alvo,*** *Continente 2013*

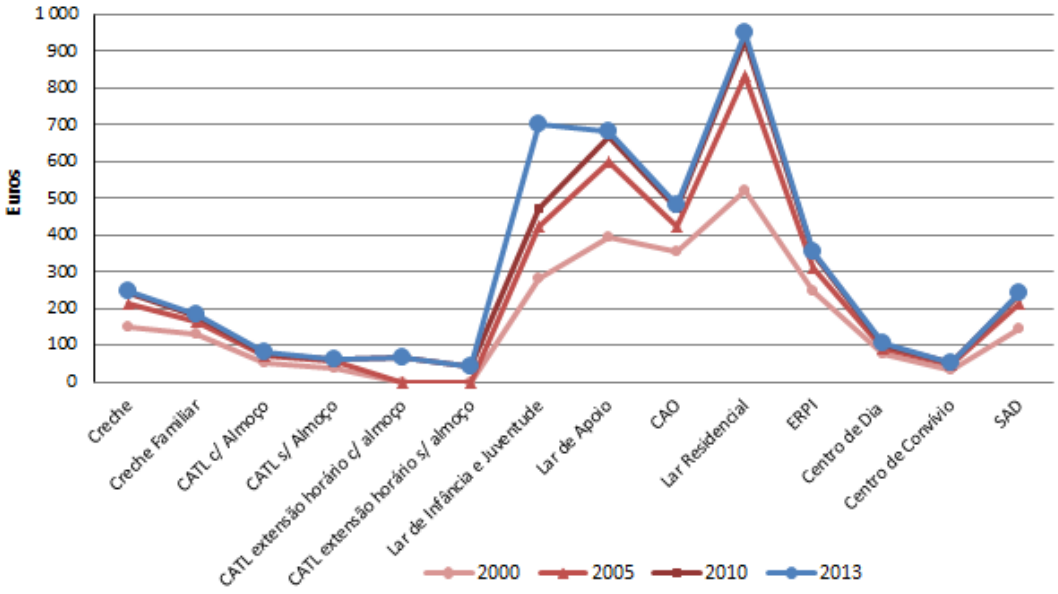



Fonte: MSESS-IGFSS, *Conta da Segurança Social.*

O conjunto de respostas destinadas à Família e Comunidade, às Pessoas Toxicodependentes, às Pessoas infectadas com VIH/SIDA, às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e às Pessoas em Situação de Dependência representaram em 2013 cerca de 5 % dos encargos.

## *Comparticipação da Segurança Social - Acordos de cooperação*

***Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação,*** *Continente 2000-2013*




Fonte: Protocolos de Cooperação.

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social relativamente às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação foi alvo de uma atualização em 2013 de 0,9 %, comparativamente a 2012. À semelhança dos anos anteriores, o Lar Residencial e o

Lar de Apoio, respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência, foram as valências com maior valor de comparticipação por utente. Paralelamente, foi definido um valor mínimo da comparticipação financeira da Segurança Social para a resposta Lar de Infância e Juventude (700 €), atendendo ao programa de requalificação que está a decorrer (Plano SERE+), ainda que nem todas as respostas tenham sido já alvo de atualização, uma vez que se encontram em fases distintas da requalificação.

# ANEXOS

## Nomenclaturas e Conceitos

**(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)**

## Crianças e Jovens

### AMA
Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

### CRECHE FAMILIAR
Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

### CRECHE
Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

### ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

### CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL
Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

## Crianças e Jovens com Deficiência

### INTERVENÇÃO PRECOCE
Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitava, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

### LAR DE APOIO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

### TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## Crianças e Jovens em Situação de Perigo

### CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

### EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

### ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

### CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO
Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

## POPULAÇÃO ADULTA

## Pessoas Idosas

### SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD
Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### CENTRO DE CONVÍVIO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

### CENTRO DE DIA
Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

### CENTRO DE NOITE
Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

### ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS
Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

### RESIDÊNCIA
Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

### LAR DE IDOSOS
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

### ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)
Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: *a)* Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; *b)* Quartos e *c)* Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

## Pessoas Adultas com Deficiência

### CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

### SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD
Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

### ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA
Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

### LAR RESIDENCIAL
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

### TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## Pessoas em Situação de Dependência

### SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD
Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI
Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

### UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI
Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

## Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

### FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL
Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

### UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA
Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

### UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA
Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

### UNIDADE DE VIDA APOIADA
Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

## Pessoas Sem-Abrigo

### EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO
Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

### ATELIER OCUPACIONAL
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

## Família e Comunidade em Geral

### ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL
Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

### GRUPO DE AUTO-AJUDA
Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

### CENTRO COMUNITÁRIO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

### CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

### REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

### CENTRO DE APOIO À VIDA
Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

### COMUNIDADE DE INSERÇÃO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

### CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT
Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

### AJUDA ALIMENTAR
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

## Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

### CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP
Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

### SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD
Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA
Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de HIV, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

## Pessoas Toxicodependentes

### EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA
Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

### APARTAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL
Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

## Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

### CENTRO DE ATENDIMENTO
Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

### CASA DE ABRIGO
Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

# GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

### APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS
Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

### APOIO EM REGIME AMBULATÓRIO
Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

### IMPRENSA BRAILLE
Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

## ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.